DIARIO OFFICIAL

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

REPUBLICA FEDERAL

ORDEN E PROGRESSO

ANNO XXXVI — 9º DA REPUBLICA — N. 268

CAPITAL FEDERAL

DOMINGO 3 DE OUTUBRO DE 1897

SUMARIO

ACTOS DO PODER EXECUTIVO :

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Decretos de 28 do mez findo.

SECRETARIAS DE ESTADO :

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Aditamento ao expediente de 30 do mez findo, da Directoria da Instrução — Expediente de 1 do corrente, das Directorias do Interior, da Contabilidade e de Saude Publica.

Ministerio da Fazenda — Titulos de 30 do mez findo e portarias de 1 do corrente — Expediente de 28 do mez findo, da Directoria Geral das Rendas Publicas.

Ministerio da Guerra — R. q. rimentos.

Ministerio da Industria, Viagem e Obras Publicas — Expediente de 2 do corrente, da Directoria Geral da Industria — Expediente da Directoria Geral dos Correios.

TRIBUNAL DE CONTAS

PRIMEIURA DO DISTRICTO FEDERAL — Actos do Poder Legislativo — Acto do Poder Executivo — Expediente das Directorias de Obras e Viagem e da Instrução.

SECÇÃO JUDICIARIA — Jurisprudencia — Sessão do Supremo Tribunal Federal.

RENDAS PUBLICAS — Rendimentos da Alfandega do Rio de Janeiro, da Recobedoria da Capital Federal e da Mesa de Rendas do Estado do Rio de Janeiro e da do Estado de Minas.

NOTICIARIO.

EDITAES E AVISOS.

PARTE COMMERCIAL

SOCIEDADES ANONYMAS — Estatutos da Companhia Estrada de Ferro Rio de Janeiro-Minas.

ANNUNCIOS.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Por decretos de 28 do mez findo :

Foram nomeados para a guarda nacional :

ESTADO DE PERNAMBUCO

Municipio de Goyana

7ª brigada de infantaria

Capitães-assistentes, Francisco Alves de Mello e Manoel Evaristo de Oliveira Neves ; Capitães-ajudantes de ordens, Manoel Casemiro Tavares de Mello e José Romualdo de Albuquerque Maranhão ; Major-cirurgião, o pharmaceutico Oloico de Abreu e Lima Figueiredo.

19º batalhão de infantaria

Tenente-coronel commandant, Dr. Luiz Coriêa de Brito ; Major-fiscal, Manoel Cassiano de Oliveira Vasconcellos ; Capitães-ajudantes, Julio Stepple ; Tenente secretario, Bellarmino da Costa Rico ; Tenente-quartel-mestre, Leoncio Francisco Pereira. 1ª companhia — Capitão, José Pereira de Souza Lima ; Tenente, José Luiz de França. Alferes, Manoel José da Hora e Pedro Affonso da Costa Leite.

2ª companhia — Capitão, Caetano Francisco de Souza ; Tenente, Manoel Gomes de Albuquerque Filho ;

Alferes, João Pergentino Tavares de Mello e João Nunes Monteiro.

3ª companhia — Capitão, José Francisco de Albuquerque Barros ;

Tenente, João Gomes de Albuquerque ; Alferes, Joaquim Gomes de Araujo e Emiliano Au eliano de Arruda Costa.

4ª companhia — Capitão, José Clementino Ribeiro Dantas ;

Tenente, José Carneiro da Silva ; Alferes, Julio Pereira de Carvalho e Lourenço Francisco de Molla.

20º batalhão de infantaria

Tenente-coronel commandante, o capitão, José Amancio Pereira Malta ;

Major-fiscal, Herminio Augusto Pereira Rabello ;

Capitão-ajudante, Joaquim Soares Fernandes de Mello ;

Tenente-secretario, Antero de Farias dos Santos Pimentel ;

Tenente quartel-mestre, Manoel de Mattos Barbosa.

1ª companhia — Capitão, Floriano Gonçalves da Silva ;

Tenente, Joaquim Nunes Mendes Ribeiro ; Alferes, Francisco Marinho de Pontes e José Narciso de Sant'Anna.

2ª companhia — Capitão, Orestes Pereira Rabello ;

Tenente, Manoel Vicente de Carvalho ; Alferes, Francisco Xavier Soares de Albuquerque e Antonio Paldino Trigueiro.

3ª companhia — Capitão, Candido Pessoa de Albuquerque ;

Tenente, João da Cunha Wanderley Lins ; Alferes, Manoel Ignacio Pereira dos Santos e Bernardino Pinheiro de Mendonça.

4ª companhia — Capitão, José Clementino de Souza Malheiros ;

Tenente, João Francisco de Mello ; Alferes, José de Freitas Cordeiro e Francisco Antonio da Fonseca Galvão.

21º batalhão de infantaria

Tenente-coronel commandante, Francisco Raposo da Cunha Rego Filho ;

Major-fiscal, Julião Nogueira de Carvalho ; Capitão-ajudante, Venancio José dos Reis ;

Tenente-secretario, Manoel Alves da Costa Farias ;

Tenente-quartel-mestre, Julio Carneiro de Mello.

1ª companhia — Capitão, Heronides Raposo da Cunha Rego ;

Tenente, Jeronymo de Albuquerque Padilha ;

Alferes, Manoel Affonso de Mello e Floencio José de Oliveira.

2ª companhia — Capitão, João Antonio Bezerra ;

Tenente, Francisco Xavier de Souza ; Alferes, João Carneiro de Mello e Luiz Francisco Cordeiro Galvão.

3ª companhia — Capitão, Miguel Dias de Araujo ;

Tenente, Manoel Augusto Cordiro ; Alferes, Firmino Rodrigues de Almeida e José Decleciano Pereira Malta.

4ª companhia — Capitão, Juventino Narciso Pereira de Mello ;

Tenente, João José da Silva ;

Alferes, José Joaquim do Espirito Santo e Juvenio Francisco da Silva.

7º batalhão da reserva

Tenente-coronel commandante, Manoel Ignacio Pessoa de Mello ;

Major-fiscal, Antonio Rozendo de Barros Andrade ;

Capitão-ajudante, José Antonio de Albuquerque ;

Tenente-secretario, José Lourenço Monteiro ; Tenente quartel-mestre, José Procopio dos Santos.

1ª companhia — Capitão, Luiz Francisco de Albuquerque ;

Tenente, Anizio Pinheiro de Mendonça ; Alferes, Bento Archelao Vas-Curado e Laurentino Candido Falcão de Vasconcellos.

2ª companhia — Capitão, Miguel Augusto dos Santos Prestrello ;

Tenente, Bellarmino Alves de Mendonça ; Alferes, Antonio Pereira de Queiroz e José Luiz de Albuquerque Padilha.

3ª companhia — Capitão, João Guedes Alcoforado ;

Tenente, Alexandrino José de Barros ; Alferes, José Hypolito da Costa Falcão e Francisco Alves de Vasconcellos.

4ª companhia — Capitão, Ludgero Estanislão Uchôa de Gusmão ;

Tenente, Elias Bento Ferreira Mousinho ; Alferes, José Briciano de Oliveira Gitaly e José de Nascimento Castro.

Municipio de Ipojuca

26º batalhão de infantaria

Major-fiscal, José da Silva Gouveira ; Tenente-secretario, Joaquim Eloy Carneiro Leão.

27º batalhão de infantaria

1ª companhia — Tenente, Francisco Augusto do Rego Falcão.

2ª companhia — Capitão, João Gonçalves dos Santos Junior.

4ª companhia — Capitão, Candido Casemiro da Silva.

28º batalhão de infantaria

Capitão-ajudante, Manoel Ferreira Gomes da Silva.

Municipio de Canhaíinho

89º batalhão de infantaria

Tenente-coronel commandante, Pedro Pacifico Pulléz.

— Foi declarado sem effeito o decreto de 28 de março de 1893, na parte em que nomeou para a guarda nacional da comarca da Barra de Corda, no Estado do Maranhão, os officiaes constantes da relação que acompanhou o mesmo decreto, e constam do *Diario Official* do dia 2 de abril do referido anno.

— Foram privados dos respectivos postos, nos termos do art. 65 § 1º da lei n. 602, de 19 de setembro de 1850, os seguintes officiaes:

ESTADO DE PERNAMBUCO

Municipio de Canhotinho

89º batalhão de infantaria

Tenente-coronel commandant, José Ferreira de Macedo.

Municipio de Ipojuca

26º batalhão de infantaria

Tenente-secretario, Ignacio Francisco Barreto Lins.

27º batalhão de infantaria

1ª companhia — Tenente, Francisco de Souza Leal.

2ª companhia—Olympio Symphronio Ferreira Chaves.

4ª companhia—Antonio Francisco Caetano Velloso.

28º batalhão de infantaria

Capitão-ajudante Manoel Ferreira Gomes da Silva.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Additamento ao expediente de 30 de setembro de 1897

DIRECTORIA DA INSTRUÇÃO

Por portarias desta data, foram concedidas ao professor do curso de engenharia industrial da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, engenheiro Henrique de Oliveira Amaral, tres mezes de licença, com vencimento na forma da lei, para tratamento de saúde, e ao amanuense da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Synesio Rangel Pestana, seis mezes de licença, com vencimento na forma da lei, para identico fim.

— Autorizou-se :

O engenheiro de obras deste ministerio a dispender a quantia de 21\$500 com reparos no saguão do vestibulo da entrada principal do Instituto Nacional de Musica, de conformidade com o officio n. 234, de 27 de setembro corrente;

O director da Bibliotheca Nacional, attendendo ao que requereu o cidadão F. de P. Chaves Campello e á informação prestada em officio de 29 do corrente, a permittir que, na forma do art. 36 do decreto n. 1.766, de 8 de agosto de 1894, sejam tiradas cópias de documentos, alli existentes.

— Devolveram-se ao director da Faculdade de Medicina da Bahia os requerimentos dos Drs. Joaquim Domingues Lopes, Raymundo Eustaquio de Mesquita e João dos Santos Pereira, que acompanharam os officios ns. 356, 359 e 362, de 17 e 18 do corrente mez, afim de serem tomados na consideração que merecerem, de conformidade com o aviso de 27 do corrente.

Expediente de 1 de outubro de 1897

DIRECTORIA DO INTERIOR

Foi naturalizado brasileiro Fernán de Brix (barão de Brix) natural da França.

DIRECTORIA DA CONTABILIDADE

Solicitou-se do Ministerio da Fazenda a expedição de ordem afim de que:

Se paguem:

Ao professor da Escola Polytechnica Paulo Cirne Maia, designado para reger, cumulativamente com o seu exercicio e o de substituto interino da seção a que pertence, a 1ª cadeira do 1º anno do curso de engenharia civil da mesma escola, na ausencia do respectivo lente, Dr. Manoel Joaquim Teixeira Bastos, que se acha enfermo; bem como ao professor interino Jorge Valdetaro Lossio Seibnitz, que o substitue na direcção dos exercicios praticos, as gratificações que perde o mesmo lente, a contar de 24 do mez findo;

As folhas, relativas ao mez findo, dos vencimentos do auxiliar, dos encarregados de extrahir cópias e dos serventes do Archivo Publico Nacional, na importancia de 1:299\$933;

A conta, na importancia de 150\$, do serviço de photographar cadaveres de pessoas desconhecidas, feito durante o mez passado por Arthur de Pinho Carvalho.

Se indemneze o director da Casa de Correção desta Capital da quantia de 116\$140 das despesas de prompto pagamento por elle feitas em agosto ultimo;

Seja posto na Alfandega de Macaé o credito de 2:700\$ para occorrer á despesa com a aquisição de um escalor e os respectivos accessorios, destinado ao serviço sanitario do porto daquella cidade.—Deu-se conhecimento aquella alfandega e ao director geral de Saude Publica.

—Transmittiram-se:

Ao Ministerio da Fazenda, para os fins convenientes, cópia do decreto n. 2.618, de 27 de setembro findo, pelo qual foi aberto o credito de 2:030\$321 para pagar ao Dr. Tiburcio Valeriano Pecegueiro do Amaral, preparador de medicina legal da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, os vencimentos que deixou de perceber desde 28 de outubro de 1892 até 26 de maio de 1893, do logar de preparador da ca leira de chimica inorganica medica da mesma faculdade;

Ao Tribunal de Contas, para os fins convenientes, cópias dos contractos celebrados pelo chefe de policia desta Capital com Antonio Rodrigues da Fonseca e Jeronymo de Lemos, para o arrendamento dos predios destinados á 7ª estação policial suburbana em Paquetá e ao posto de Copacabana.

—Declarou-se ao chefe de policia desta Capital ficarem approvados os contractos celebrados para o arrendamento dos predios destinados á 7ª estação policial em Paquetá e ao posto de Copacabana.

DIRECTORIA GERAL DE SAUDE PUBLICA

Remetteram-se:

Ao administrador da Imprensa Nacional, para serem corrigidas, as provas de instrucções para os commandantes de navios, de accordo com o regulamento sanitario marítimo em vigor, e, para ser promptificado, o modelo de cinco talões de 100 folhas cada um;

Ao director da Contabilidade desta Secretaria de Estado as folhas de vencimentos, do mez de setembro findo, do machinista-mór, dos serventes, dos desinfectorios, das tripolações do vapor *Paula Candido* e das lanchas das visitas sanitarias do porto.

— Comunicou-se ao director do Lazareto da Ilha Grande que se providenciou a respeito de seu pedido sob n. 545, que acompanhou o seu officio n. 279, de 28 do mez findo.

Relação dos medicos, pharmaceuticos e dentistas que apre-entaram seus titulos ao registro desta directoria durante o mez de setembro do corrente anno

Medicos

Dr. Fernando Terra, formado pela Faculdade de Medicina e de Pharmacia do Rio de Janeiro (registrou seu titulo em 21 de setembro de 1897).

Pharmaceuticos

Diogo Augusto Coxito Granado, formado pela Escola de Pharmacia de Ouro Preto, Estado de Minas Geraes (registrou seu titulo em 2 de setembro de 1897).

Arthur Ferreira Carneiro, formado pela Escola de Pharmacia de Ouro Preto Estado de Minas Geraes (registrou seu titulo em 24 de setembro de 1897).

Cirurgião dentista

Manoel de Miranda Azevelo, formado pela Faculdade de Medicina e de Pharmacia do Rio de Janeiro (registrou seu titulo em 21 de setembro de 1897).

Requerimentos despachados

José Vieira Serodio.—Concedo a licença.

Adolpho Vasconcellos & Comp.—Submetta-se ao disposto no art. 49 do regulamento vigente, porque a carta-patente não isenta o privilegiado de satisfazer as exigencias da lei sanitaria.

POLICIA DO DISTRICTO FEDERAL

Por portaria de 2 do corrente, foi demittido a bem do serviço publico o cidadão Luiz Pereira Mattos, inspector da 4ª seção da 13ª circumscripção.

Ministerio da Fazenda

Por portarias de 1 do corrente, foram concedidos dous mezes de licença, com vencimento na forma da lei, aos conferentes da Alfandega do Estado do Ceará, José Pinto Montenegro e Julio Brígido dos Santos, para tratamento de saúde, onde lhe convier.

— Por titulos de 30 de setembro proximo findo :

Foram nomeados Antonio Nicoláo Monteiro Baéna, Ignacio Gonçalves Noqueira, Francisco Baptista da Silva Aguiar e José Marques Braga, o primeiro para o logar de presidente do conselho fiscal da Caixa Economica do Estado do Pará e os outros tres para o de membros do mesmo conselho;

Foram exonerados o desembargador José Gomes Coimbra, Emilio A. de Castro Martins, Dr. José Henrique Cordeiro Castro e o Dr. José Antonio Pereira Marques, o primeiro do logar de presidente do conselho fiscal da Caixa Economica do Estado do Pará e os outros tres do de membros do mesmo conselho.

Directoria das Rendas Publicas

Dia 28 de setembro de 1897

Expediente do Sr. director :

A' Alfandega do Rio Grande do Norte :

N. 20.—Declara que o Sr. Ministro da Fazenda, por despacho de 11 do corrente, negou sua approvação ao acto pelo qual essa inspectoria nomeou o 2º escripturario dessa repartição, Manoel Coelho de Souza Oliveira, para fiscalizar os impostos de fumo e bebidas na 1ª circumscripção dessa Capital, durante o semestre de julho a dezembro do corrente anno, attendendo a que, não havendo ainda essa alfandega recebido as estamoilhas respectivas, é impossivel levar a effeito a cobrança dos alludidos impostos,

—A' do Rio de Janeiro :

N. 308.—Declara que o Sr. Ministro da Fazenda determinou que fosse levada ao conhecimento dessa inspectoria a remessa que a esse ministerio fez o das Relações Exteriores, das tarifas de fretes das companhias que fazem a navegação entre o porto de Bordéas eas Republicas do Brazil, do Uruguay, Argentina, do Chile, do Perú e do Equador, documentos esses que serão archivados no caso de não se tornarem necessarios ao serviço dessa repartição.

—A' do Rio Grande :

N. 43.—Declara que o Sr. Ministro da Fazenda concedeu isenção de direitos para 500 amarrados de arame para cerca, n. 6, pesando quarenta mil kilos, pertencentes a Gattwald & Comp. e vindas de Hamburgo no vapor allemão *Pontes*; ficando, porém, a applicação do referido material dependente da fiscalização dessa alfandega.

—A' do Espirito Santo :

N. 32.—Declara que o Sr. Ministro da Fazenda concedeu isenção de direitos de consumo para o material destinado á construção da Estrada de Ferro Sul do Espirito Santo, conforme solicitou o presidente desse Estado.

—A' de Paranaguá:

N. 41.—Em relação ao recurso interposto por Alfredo Eugenio & Comp., da decisão dessa alfandega, classificando como tinto, para usos diversos, da taxa de 500 réis por kilo, do art. 653 da tarifa, o papel pelos recorrentes submettido a despacho pela nota n. 1.374 como assetinado para impressão, da taxa de 100 réis por kilo—esta directoria declara que o Sr. Ministro, por despacho de 16 do corrente, proferido de accordo com o parecer do Conselho de Fazenda, emittido em sessão de 14 de agosto ultimo, resolveu negar provimento ao referido recurso, por ter sido bem classificada a mercadoria em questão.

— A' Recebedoria da Capital Federal:

N. 68—Declara approvar o acto pelo qual essa directoria designou o 2º escripturario da Alfandega do Rio de Janeiro, João Pedro de Medina Caeli, para exercer o cargo de fiscal seccional, em substituição ao 3º escripturario da mesma alfandega João Francisco da Costa Junior, o qual pediu exoneração.

Ministerio da Guerra

Requerimentos despachados

Capitão Alexandre Zacharias de Assumpção, tenentes Luiz Alves do Prado e Arthur Lauro da Motta.—As certidões pedidas acham-se á disposição dos interessados, na secretaria da Escola Militar desta Capital, para o pagamento do competente sello.

Alferes José Gomes de Oliveira e ex-cabo de esquadra Joaquim José Coelho.—Indeferridos, em vista das informações.

Segundo sargento Mathias Muniz Tavares e Maria Luiza Gonçalves da Costa.—Indeferridos.

Porfirio Ribeiro de Faria—Satisfaça o despacho de 3 deste mez.

Ministerio da Industria Viação e Obras Publicas

Directoria Geral da Contabilidade

Expediente de 29 de setembro de 1897

Autorizando a indemnizar o chefe de seccão interino João José Fernandes Silva Sobrinho da quantia de 1:951\$500, despendida com a repatriação de imigrantes e outros serviços referentes á immigração expontanea (aviso n. 1.832);

Solicitando o pagamento da quantia de £ 315—11—3, a A. Fiorita & Comp., de imigrantes transportados da Europa para o porto de Santos em 1893 (aviso n. 1.834);

Pedindo providencias, afim de que a Delegacia do Thesouro Federal em Londres, seja autorizada a reembolsar a *Compagnie des Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens*, da quantia de £ 40.000—0—0, por conta do seu deposito em mãos dos agentes financeiros do Brazil naquella capital (aviso n. 1.835);

Solicitaram-se providencias afim de que fosse transferida para a alfandega do Estado de Pernambuco a quantia de 50:00\$000, para ser applicada, pelo engenheiro chefe da commissão de melhoramentos do porto do Recife, á aquisição de uma draga (aviso n. 1.836).

Directoria Geral da Industria

Expediente de 2 de outubro de 1897

Ao director geral dos correios communicou-se ter o Ministerio da Fazenda providenciado para que a Alfandega de S. Paulo seja autorizada a receber da sub-administração de Uberaba o saldo de 283:25\$096 nella existente, como tambem os que venham a existir.

Ao administrador da Hospedaria de Imigrantes da Ilha da Flores declarou-se ter-se providenciado no sentido de lhe serem envidados pela lancha da manhã o *Journal do Commercio* e o *Diario Official*.

Requerimentos despachados

A. Fiorita & Comp., pedindo pagamento de £ 388—2—8, de passagens de imigrantes vindos em diversos vapores em 1895 a 1896.—Autorizou-se o pagamento de £ 315—11—3 pelo aviso n. 1.834, expedido ao Ministerio da Fazenda em 29 de setembro findo.

MOVIMENTO DE IMMIGRANTES NA HOSPEDARIA DA ILHA DAS FLORES

Dia 1

Existiam 26 imigrantes.
Entraram dous imigrantes.
Existem 28 imigrantes.
O estado sanitario é bom.

Dia 2

Existiam 23 imigrantes.
Sahiram 24 imigrantes.
Existem quatro imigrantes
Desses imigrantes seguiram 11 para o Estado do Mato Grosso e 13 para o do Rio Grande do Sul.

O estado sanitario é bom.
Directoria Geral da Industria, 2ª seccão, 2 de outubro de 1897.—F. Silva, chefe interino.—Visto, Augusto Fernandes.

DIRECTORIA GERAL DOS CORREIOS

Expediente de 2 de outubro de 1897

Transmittiu-se ao Sr. ministro o requerimento, devidamente informado, no qual o ex-administrador dos Correios do Pará Gregorio Antonio dos Reis, pede sua aposentadoria nesse cargo.

—Devolveu-se ao Sr. ministro o aviso do Ministerio da Fazenda, consultando sobre os antigos escripturarios adidos do Correio da Corte e informou-se que esses funcionarios eram admittidos em virtude do aviso do ministerio do imperio, n. 183, de 24 de outubro de 1850 e não tinham direito á aposentadoria.

—Declarou-se ao administrador dos Correios do Paraná que, por portaria n. 259, de 18 de setembro findo, foi declarada sem effeito a pena que lhe fora imposta pela de n. 237/1, de 23 de agosto deste anno.

—Por portaria n. 2662, de 30 de setembro ultimo, determinou-se que se recolham ás suas repartições os seguintes funcionarios da administração dos Correios do Districto Federal: 3º official, Alamiro Augusto da Silva, adido á do Paraná; praticantes: Rodolpho Bernarmino dos Santos, adido á da Parahyba do Norte; Pergentino Augusto Maia e Aurelio Nunes Bandeira de Mello, addidos á de Pernambuco; Lino Carvalho da Cunha, addido á do Rio Grande do Sul e Josephino da Silva Moraes, adido á da Bahia e o carteiro de 2ª classe Francisco Thomaz de Sant'Anna, adido á de Sergipe.

—Por portarias de 30 do mez proximo passado: Foi supprimida a agencia do Correio de Quilombo, no Estado de S. Paulo.

Foi creada uma agencia do Correio de 4ª classe, em Alto da Serra, Estrada de Ferro Inglesa, no Estado de S. Paulo.

—Officiou-se ao Sr. ministro, enviando cópia do contracto celebrado entre esta directoria geral e a firma Rodrigues & Comp., para a impressão do relatório desta repartição, concernente ao anno de 1896 e do indicador e relação dos districtos postaes, e pedindo a approvação.

Requerimentos despachados

Lanulpho Borges da Fonseca e José Xavier Faustino Ramos Netto, amanuenses, este dos Correios da Pernambuco e aquelle dos do Districto Federal, pedindo permuta.—Não ha que deferir, visto ter sido exonerado, a seu pedido, o primeiro dos requerentes.

Joaquim Ribeiro de Souza Magalhães, agente do Correio de Santa Rita do Sapucahy, recorrenio da responsabilidade que lhe foi imposta pelo sub-administrador da Campanha, em portaria n. 51, de 26 de setembro de 1896.—Nego provimento ao recurso, deante dos documentos e informações prestados e pelos quaes se verifica que o agente não conseguiu provar ter rectificado os registrados de que se trata.

TRIBUNAL DE CONTAS

SESSÃO ORDINARIA EM 1 DE OUTUBRO DE 1897

Requisições e processos sobre os quaes deliberou o tribunal

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas:

Avisos:

N. 1.603, de 21 de agosto proximo passado, enviando a cópia do contracto feito pela Inspeção Geral das Obras Publicas com a firma

Joseph Lumay & Comp. para o fornecimento de 200 toneladas de trilhos de aço e accessorios destinados a Estrada de Ferro do Rio do Ouro.—O Tribunal ordenou o registro do alludido contracto.

N. 1.810, de 22 do setembro ultimo, declarando sem effeito a distribuição do credito destinado a despesas da verba n. 8, do actual exercicio e cuja tabella acompanhou o aviso n. 434, de 5 de março deste anno, para o fim de ser applicada á respectiva Dotação, de accordo com as tabellas explicativas do organamento e requisitando que se effectue o pagamento, de que trata o aviso n. 1.537, de 18 de agosto proximo passado, relativo aos juros devidos á Estrada de Ferro de Aracajú a Simão Dias, correspondentes ao 1º semestre de 1897.—O Tribunal resolveu declarar sem effeito o registro da mencionada distribuição, ordenando por despacho de 24 de março, para prevalecer a das tabellas explicativas, e manter os registros de despesas realizadas por conta do credito votado para as estradas com séle no priz e o da despesa constante do citado aviso n. 1.810.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores:

Avisos:

N. 2.253, de 20 de agosto proximo passado, transmittindo as cópias dos contractos celebrados pelo Dr. chefe de policia desta Capital com varios negociantes, para fornecimentos á Casa de Detenção durante o 2º semestre do corrente anno.—O Tribunal autorizou o registro dos alludidos contractos.

N. 2.370, de 31, requisitando que seja paga a folha annexa ao mesmo aviso, na importancia de 505\$15, proveniente de vencimentos que competem ao tenente da brigada policia al Vicente Pinto de Sant'Anna, reformado por decreto de 24 de maio de 1894, e mandado reverter ao serviço da mesma brigada pelo de 8 de fevereiro do corrente anno, devendo descontar-se da importancia liquida a pagar a quantia que elle recebeu como reformado, de 1 de janeiro proximo passado a 27 do dito mez de fevereiro.—O Tribunal resolveu mandar devolver a referida folha, por não se declarar nesta o periodo durante o qual fez jus ao vencimento o official de quem se trata, nem ser praticavel o desconto do vencimento regularmente pago, como foi o que recebeu na qualidade de reformado.

N. 2.480, de 21 de setembro proximo findo, sobre o pagamento a A. J. Pereira de Barbudo, por conta da verba n. 21, da quantia de 617\$100, proveniente de fornecimento feito á Directoria Geral de Saude Publica.—O Tribunal deixou de autorizar o registro da despesa por insufficiencia do saldo da sub-repartição.—Despesas eventuaes e compra de moveis—da citada verba.

N. 2.501, de 24, consultando o Tribunal sobre a abertura do credito de 618:750\$, sendo 141:750\$ para despesas da verba—Subsidio aos senadores—e 477:000\$ para as da verba—Subsidio aos deputados—no actual exercicio.—O Tribunal foi de parecer que o credito póde ser legalmente aberto.

Ministerio da Fazenda:

Officio do inspector da Alfandega da cidade de Manaus, Estado do Amazonas, n. 47 de 24 de agosto proximo passado, solicitando o augmento de credito, na importancia de 31:00\$, afim de occorrer ao pagamento, no actual exercicio, de despesas da verba 23ª «Juros dos depositos das Caixas Economicas.»—O Tribunal mandou registrar a distribuição do credito da referida importancia.

Titulos:

De meio-sobro:

De D. Anna da Conceição Soares Ferreira, viuva do alferes do exercito Francisco de Paula Ferreira, na importancia mensal de 60\$000;

De moite-pio civil:

De D. Maria Rosa Eduardo, viuva do commandante dos guardas da Alfandega do Estado de Santa Catharina Arthur Olympio Eduardo, na importancia annual de 211\$536, e de seus filhos menores Adelaide, Anna, Maria, Bento, José e Arthur, na de 40\$277 a cada um;

De D. Albertina Gentil de Carvalho, viúva do telegraphista de 3ª classe Luiz Rodrigues de Carvalho, na importância annual de 500\$, e de seus filhos menores Alfredo e Antenor, na de 250\$ a cada um;

De meio-soldo e montepio:

De D. Alzira da Silva Coelho, viúva do alferes do exercito Arthur Rodrigues Coelho, na importância mensal de 20\$ e de 60\$000. O Tribunal julgou legalmente expedidos os sobreditos títulos para os efeitos devidos.

De montepio civil:

De D. Carlota de Menezes Vieira, viúva do ex-director do Pedagogium, Dr. Joaquim José de Menezes Vieira, na importância annual de 2.000\$000.

De D. Libânia Augusta da Rocha Tote, viúva do 1º escripturario da Alfandega da cidade da Parnahyba, no Estado do Piahy, Antonio Augusto da Rocha Tote, na importância annual de 1.000\$000;

De D. Suzana Corrupt Inojosa, viúva do ex-inspector de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos Izidoro Inojosa Varejão, na importância annual de 1.120\$;

De D. Carolina Dantas da Silva, viúva do ex-escripturario do lazareto da ilha Grande Alfredo Rodrigues da Silva, na importância annual de 1.000\$000.

— O Tribunal proferiu identico despacho, e autorizou o registro da despeza a que se referem os pareceres.

De meio-soldo e montepio:

De D. Maria Alvarim Corrêa da Costa, viúva do alferes do exercito Virgilio Corrêa da Costa, na importância mensal de 60\$, em cada titulo. — O Tribunal julgou legal a expellção do titulo de montepio, deixando de proferir de igual modo quanto ao do meio-soldo pelos fundamentos do parecer.

De montepio civil:

De José Amaro Nozueira, pae do finaldo extinto da extincta Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado de S. Paulo Bento dos Passos Nozueira. — O Tribunal, de accordo com o parecer do Sr. Dr. representante do Ministerio Publico, deixou de julgar legal o titulo expedido ao pae inválido do contribuinte, por dever a pensão ser partilhada pela mãe do mesmo contribuinte, nos termos do art. 33, § 4º, do decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890.

De aposentadoria:

Do telegraphista-chefe da Repartição Geral dos Telegraphos Pedro Rodrigues Soares, com o vencimento annual de 4.617\$800. — O Tribunal proferiu o seguinte despacho: « Visto e examinado o processo de aposentação do telegraphista-chefe da Repartição Geral dos Telegraphos Pedro Rodrigues Soares; e

Considerando que o acto que o aposentou annullou o que o demittira;

Considerando que ao acto de demissão, que ficou como si nunca houvera existido, substituiu-se por completo o da aposentadoria;

Considerando que em tal circumstancia não ha por onde deixar de fazer retroagir a aposentadoria à época da demissão;

Resolve o Tribunal de Contas ordenar que os vencimentos de inactividade se contem para o aposentado de 19 de dezembro de 1896, época a que se retrotrahia a aposentadoria concedida em 17 de fevereiro do corrente anno a qual o Tribunal julga legalmente concedida ».

Ministerio da Marinha:

Avisos:

Ns. 2.002, 2.025 e 2.064 de 13, 22 e 24 de setembro proximo findo, sobre a concessão dos creditos:

D. 4760-1-5, ou 21:032\$045, à Delegacia do Thesouro Federal em Londres, por conta do credito aberto pelo decreto n. 140, de 28 de junho de 1893, para despezas com o fornecimento de varios artigos aos cruzadores *Amazonas*, *Typhira* e *Tupy*;

De 277\$776, à Alfandega do Estado do Maranhão, por conta da verba 10ª, afim de cecorrer ao pagamento do aluguel da casa occupada pela escola de aprendizes marinheiros, de 1 de janeiro a 20 de fevereiro deste anno;

De 32.000\$, à da cidade do Rio Grande do Sul, para despezas da mesma verba, com a aquisição do fardamento. — O Tribunal mandou effectuar o registro da distribuição dos alludidos creditos.

N. 2.061, de 24 do dito mez, referente à concessão do credito de 478\$600 à Alfandega do Estado do Rio Grande do Norte, para attender a despezas da verba 26ª, com a aquisição de combustivel. — O Tribunal deixou de effectuar o registro da distribuição do mencionado credito por insufficiencia de saldo naquelle verba.

Processos da tomada das contas:

Dos commissarios:

De 5ª classe, Felisberto Domingues Lopes Junior relativos ao periodo de 30 de julho de 1891 a 31 de janeiro de 1893, em que serviu no patacho *Caravellas*;

De 5ª classe, Octavio Brasileiro Cadaval, de 15 de outubro de 1893 a 11 de janeiro de 1895, quando embarcado no patacho *Paquetaer*. — O Tribunal mandou expedir-lhes quitação, lavrando-se o competente accordo.

De 4ª classe, 2º tenente José Alves Portilho Bastos, referentes ao periodo de 28 de maio de 1895 a 14 de dezembro de 1893, em que esteve servindo no brigue *Recife*;

De 5ª classe, guarda-marinha Alfredo Rodrigues Teixeira, de 1 de fevereiro de 1895 a 19 de janeiro de 1897, quando encarregado dos generos e mais objectos a bordo do brigue *Pirajá*. — O Tribunal resolveu fixar em 9\$074 o alcance do primeiro e em 186\$341 o do segundo dos ditos commissarios, e condemnal-os ao respectivo pagamento no prazo de 30 dias, lavrando-se o necessario accordo.

Requerimento do capitão-tenente Candido Floriano da Costa Barreto, pedindo quitação das contas do finaldo ex-thesoureiro da Alfandega do Rio Grande do Norte Antonio Benvides Sobra de Melto. — O Tribunal ordenou que se offie a dito alfandega solicitando-lhe informação sobre a situação do responsavel, na época do fallecimento do fialor.

Foram julgadas comprovadas as applicações das seguintes quantias, feitas pelos responsaveis abaixo indicados, por conta de adiantamentos que receberam:

De 11:99\$900, pelo engenheiro-chefe da commissão de melhoramentos do porto da Parnahyba, com a aquisição de materias arrecadação e transporte dos que pertenceram às extinctas commissões e que foram cedidos para os servicos a cargo do mesmo engenheiro, e com o pagamento de outras despezas de prompto pagamento;

De 897\$261, nos mezes de maio a agosto deste anno, pelo comprador da Inspeção Geral das Obras Publicas, com despezas mudas a seu cargo.

No mez de julho proximo passado:

De 328:110\$291, pelo commandante da brigada policial, com o pagamento dos vencimentos do pessoal da mesma brigada;

De 495\$265, pelo administrador da Casa de Detenção, com despezas de prompto pagamento.

No mez de agosto ultimo:

De 20\$40, pelo porteiro do Laboratorio Nacional de Analyses;

De 67\$360, pelo da Junta Commercial, com identicas despezas.

Ordens de pagamento sobre as quaes proferiu despacho de registro, em 2 do corrente, o Sr. Dr. presidente deste tribunal

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas:

Aviso n. 1.811, de 23 de setembro findo, abono de 129\$195 a Maximiano José Gonçalves, por servicos extraordinarios prestados fora das horas do expediente, na qualidade de mestre interino da lancha *Glucio*.

Officio n. 21, de 30, pagamento de 600\$, folha dos serventes da secretaria do ministerio, relativa a mez de setembro findo.

— Ministerio da Justiça e Negocios Interiores:

Avisos:

N. 2.507, de 24 de setembro findo, pagamento de 17\$190 à *Companhia Rio de Janeiro City Improvements Limited*, proveniente do

obras de esgoto feitas no predio da 3ª estação policial urbana e na Secretaria de Policia, no mez findo;

N. 2.516, de 27, idem 5:101\$135, proveniente de fornecimentos feitos ao Instituto Benjamin Constant, no mez findo;

N. 2.508, de 24, idem de 18\$240 à *Companhia Rio de Janeiro City Improvements Limited*, proveniente de obras de esgoto feitas na Casa de Detenção, idem;

N. 2.517, de 27, idem de 11:929\$517, de fornecimentos feitos ao Internato do Gymnasio Nacional, idem;

N. 2.522, de 28, idem de 35\$, idem ao Laboratorio Bacteriologico da Directoria Geral de Saude Publica, no mez de maio findo;

N. 2.540, de 1 do corrente, pagamento de gratificação, na importância, de 200\$, a cada um dos auxiliares do gabinete do ministerio;

N. 2.547, da mesma data, idem de 1:299\$933, folhas dos vencimentos do auxiliar, dos encarregados de extrahir cópias e dos serventes do Archivo Publico Nacional, relativas ao mez findo.

Officio de 30 de setembro findo, idem de 750\$, folha dos serventes da secretaria do ministerio.

— Ministerio das Relações Exteriores:

Aviso n. 276, de 25 de setembro findo, abono de 68\$592 ao consul geral em Hamburgo, ao cambio de 27, importância despendida com soccorros prestados a dous brasileiros desvalidos.

Tribunal de Contas — Circular — Capital Federal, 29 de setembro de 1897.

Sr. Ministro da Fazenda — Para que este tribunal possa dar cumprimento ao disposto no art. 2º, § 2º, n. 1, letra d, do decreto n. 392, de 8 de outubro do anno passado, reproduzido no § 4º do art. 69 do regulamento que baixou com o decreto n. 2.409, de 23 de dezembro do mesmo anno, rogo-vos digneis de providenciar no sentido de serem transmittidos ao dito tribunal os documentos relativos às fianças e cauções prestadas pelos funcionarios das repartições dependentes do ministerio a vosso cargo, que arrecidarem, applicarem ou conservarem sob a sua guarda e administração, dinheiros, valores e bens pertencentes à Republica.

Saude e fraternidade. — *Didimo Agapito da Veiga*.

INTENDENCIA MUNICIPAL

Prefeitura do Distrito Federal

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

Decreto n. 428 — de 1 de outubro de 1897 (*)

Autoriza o prefeito a abrir concorrência, dentro do prazo de 30 dias, para o estabelecimento de guindastes nos diversos pontos de lit oral que reclamarem esse melhoramento.

O prefeito do Distrito Federal:

Faço saber que o Conselho Municipal decretou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1.º O prefeito mandará abrir concorrência, dentro do prazo de 30 dias, para o estabelecimento de guindastes nos diversos pontos do littoral que reclamarem esse melhoramento, respeitados os direitos adquiridos quanto aos guindastes já existentes.

Art. 2.º O prefeito estabelecerá as condições sobre o que versará a concorrência.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Distrito Federal, 1 de outubro de 1897. — Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida, prefeito municipal.

(*) R-produz-se por ter sabido com algumas incorrecções.

Decreto n. 429—de 1 de outubro de 1897 (*)

Concede a Arlindo Augusto Botelho e Pedro Richard, ou á empresa que organizarem o direito de desapropriação por utilidade pública, na forma da lei vigente, para realizarem a abertura de uma nova rua entre as ruas de Sant'Anna e Visconde de Sapucahy e dá outras providencias

O prefeito do Districto Federal:

Faço saber que o Conselho Municipal decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' concedido a Arlindo Augusto Botelho e Pedro Richard, ou á empresa que organizarem, o direito de desapropriação por utilidade pública, na forma da lei vigente, para realizarem a abertura de uma nova rua entre as ruas de Sant'Anna e Visconde de Sapucahy, de accordo com a presente lei e o traçado estabelecido na planta annexa.

Art. 2.º A nova rua terá 18 metros de largura, devendo ser desapropriada, de cada lado da mesma rua, uma faixa de 30 metros concedida aos contractantes para a edificação de habitações.

Parágrafo unico. A nova rua denominar-se-ha—Arthur Oscar.

Art. 3.º Dentro do prazo de seis mezes, salvo caso de força maior, os contractantes apresentarão á Prefeitura os planos dos typos de construcções que deverão ser feitas na projectada rua, submettendo-se á decisão da Prefeitura.

Art. 4.º A abertura da rua começará dentro do prazo de seis mezes, salvo caso de força maior, como sejam embargos judiciais e outros, a juizo do prefeito, e ficará concluída dentro do prazo de dous annos.

Art. 5.º A infracção de qualquer disposição desta lei importará na caducidade da concessão.

Art. 6.º Ficam respeitadas os direitos de terceiro e as leis referentes á desapropriação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Districto Federal, 1 de outubro de 1897.—
Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida, prefeito municipal.

Decreto n. 430—de 2 de outubro de 1897

Autoriza o prefeito a abrir o credito suplementar de 800.000\$, para occorrer a todos os serviços a cargo da limpeza publica e particular

O prefeito do Districto Federal:

Faço saber que o Conselho Municipal decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o prefeito autorizado a dispendir a quantia de 800.000\$, importancia do credito suplementar concedido para occorrer a todos os serviços a cargo da Inspectoria de Limpeza Publica e Particular até o fim do presente exercicio.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Districto Federal, 2 de outubro de 1897.—
Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida, prefeito municipal.

Decreto n. 431—de 2 de outubro de 1897

Reduz a quatro annos o prazo a que se refere o art. 10 da lei de 7 de agosto de 1893, e dá outras providencias

Eugenio Guilherme de Magalhães Carvalho, vice-presidente do Conselho Municipal, etc:

Faço saber que o Conselho Municipal decretou e eu promulgo, de accordo com o art. 21, da lei n. 85, de 20 de setembro de 1892, a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica reduzido a quatro annos o prazo a que se refere o art. 10 da lei de 7 de agosto de 1893.

Art. 2.º Para todos os effeitos da lei, a municipalidade contará pelo dobro o tempo em que estiveram em armas ao lado da legalidade os funcionarios municipaes.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Districto Federal, 2 de outubro de 1897.—
Eugenio Guilherme de Magalhães Carvalho, vice-presidente.

Decreto n. 432—de 2 de outubro de 1897

Determina que os vehiculos e carroças são obrigados a trazer molas em seus eixos e dá outras providencias

O prefeito do Districto Federal:

Faço saber que o Conselho Municipal decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º As carroças e vehiculos que transitarem pelas ruas do Districto Federal são obrigados a trazer molas nos eixos, e as suas dimensões serão as constantes dos typos approvados pela Prefeitura.

Art. 2.º A carga das carroças ou de qualquer vehiculos desse genero não poderá exceder a altura da caixa do vehiculo.

§ 1.º Exceptuam-se as cargas constituidas de objectos de pequeno peso e grande volume, os quaes poderão exceder de 0m,60 a altura da caixa do vehiculo.

§ 2.º Em caso algum a carga de qualquer typo de vehiculo poderá exceder o peso maximo respectivo estabelecido pela Prefeitura.

Art. 3.º Os infractores serão multados em 100\$ e 200\$ na reincidencia, recolhidos os vehiculos ao deposito publico.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Districto Federal, 2 de outubro de 1897.—
Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida, prefeito municipal.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Por actos de 2 do corrente, foram concedidas as seguintes licenças, para tratamento de saude:

De dous mezes, sem vencimentos, á professora adjunta Jesuina de Lima Figueiredo ;
De 30 dias, á professora cathedratica Leonor de Carvalho Castro.

Directoria de Obras e Viação

1.ª SECÇÃO

Expediente de 2 de outubro de 1897

Figueira, Diniz & Ferreira.—Passo-se numeração.

Joaquim José Ferreira e Antonio José da Silva.—Passe segua.

Luiz Antonio Carlos, Augusto Barreto de Freitas e Achilles Paula Ribeiro.—Compareçam para explicações.

Agostinho Costa Nunes — Declare de que predio se trata, si é do 171 ou do 181.

Maria Magdalena de Lemos, José Machado Guimarães, João Leopoldo Modesto Leal, Joaquim Mattoso D. E. Camara, José de Freitas Couto Mello, Joaquim Pereira Taveira, Manoel Pereira Guimarães e Emiliana Rosa de Azevedo.—Passe-se alvará.

José Maria de Freitas Braga.—Requeira ao archivo geral.

M. J. Segadas Vianua.—A' vista da informação não pôde dar-se numeração.

Silvino Pedro.—Só depois de construido o muro da frente, pas eio, calçamento estanque e water closet, poderá ser attendido.

José Manoel Luiz de Moraes.—Cumpra a lei sobre os conductores de aguas pluviaes, para ser attendido.

Diniz & Ferreira.—Não podem ser attendidos por haverem já sido entregues os documentos.

Adelaido Coelho.—Sane as infracções para poder ser attendida.

Clara Amelia Medeiros.—Apresente projecto para a reconstrucção.

Manoel da Silva Leitão—Não tem logar o que requer p'or estar o predio condemnado.

Directoria Geral de Instrucção

SECÇÃO DE CONTABILIDADE

Expediente do dia 23 de setembro de 1897

Officinas ao director geral de Fazenda :
Pedindo mandar pagar á professora Elvira Benevenuto Lisboa 101\$, differença de despesas de expediente escolar do mez de agosto proximo findo ;

Communicando que o professor interino Alfredo Pedrosa Alves de Magalhães tem direito á quantia de 46\$266, importancia de despesas de expediente relativas ao mez de agosto proximo findo ;

Communicando que o professor adjunto João Carlos Baptista da Costa terminou a 14 de julho ultimo a licença, em cuo goso se achava, e faltou aos trabalhos escolares de 15 a 31 do mesmo mez ;

Communicando que a professora adjunta Catharina Arminda Velloso esteve em exercicio de 11 a 31 de agosto proximo findo ;

Pedindo pagamento das contas do jornal *Republica*, na importancia de 1:483\$300, por conta da verba—Publicações, moveis e eventuaes ;

Communicando que a professora adjunta Eulina Meyer Ribeiro justificou as 29 faltas que lhe foram consignadas na folha relativa ao mez de agosto findo ;

Pedindo, de ordem do director geral, sejam devolvidos os papeis annexos ao officio dirigido em 22 do corrente, sob n. 578, apresentando a 2.ª via da conta de B. L. Garnier.

Dia 24

Communicando:

Que a adjunta estagiaria Maria Amelia de Lima esteve em exercicio durante o mez de julho ultimo :

Que o professor Pedro Manoel Borges tem direito a receber 135\$900 de despesas do expediente escolar do mez de agosto proximo findo.

Dia 25

Pedindo pagamento da conta de Cesar Gomes & Comp., na importancia de 1:000\$, por conta da verba—Publicações, moveis e eventuaes.

—Communicando que a professora Marie Leonie Demillecamps tem direito á quantia de 100\$ para auxilio do aluguel de casa, correspondente ao mez de agosto proximo findo.

Dia 27

Communicando:

Que o nome do proprietario do predio em que funciona a 8.ª escola para o sexo feminino, é Alfredo Teixeira Pinto ;

Que o professor adjunto Salustio Banicio da Silva esteve em exercicio todo o mez de agosto proximo findo.

Dia 28

Pedindo pagamento a Luiz Pogliesso e Christovão Pogliesso, da quantia de 600\$, importancia do aluguel do predio em que funciona o Instituto Commercial, relativa ao mez de agosto proximo findo, por conta da verba do mesmo Instituto—Aluguel de casa.

—Communicando :

Que o professor Alfredo Pedrosa Alves de Magalhães, tem direito á quantia de 42\$, para auxilio de aluguel de casa, a partir de 10 de agosto proximo.

Que a João de Souza Figueira, proprietario do predio em que funciona a 3.ª escola feminina do 11.º districto, compete mais a quantia de 70\$, por ter sido elevado a 10) \$ o aluguel do referido predio, a contar de 1 de julho ultimo ;

Que a professora Elmira Torres, tem direito a 56\$800, importancia de despesas de expediente escolar, relativas ao mez de agosto proximo findo.

Dia 29

Pedindo pagamento para as contas de Adriano J. S. Nogueira, na importancia de 5:873\$, por conta da verba—Material escolar, reparos, livros, etc.

Dia 30

Communicando que o 1.º official Carlos Pinto Barreto, por ter sido designado para auxiliar a inspecção do 8.º districto escolar, tem direito a 50\$, por conta da verba—Eventuaes —correspondente ao mez de setembro.

(*) Reproduz-se por ter sahido com incorrecções.

—Enviando para pagamento as folhas do processo da Directoria Geral e dos membros do Conselho de Instrução e a do salario abonados aos serventes, na importancia de 1:0.0\$, todas relativas ao mez de setembro, por conta das verbas.—Directoria Geral de Instrução.—Secção annexa.— 14 membros do Conselho Superior de Instrução.

—Comunicando que o amanuense interino José Getulio da Frota Pessôas esteve em effectivo exercicio durante o mez de setembro.

SECÇÃO JUDICIARIA

Supremo Tribunal Federal

JURISPRUDENCIA

Revisão de sentença condemnatoria em proc. sso de contravenção. E' confirmada a sentença proferida contra o petionario, julgado incurso no grão medio do art. 369 do Cod. Penal, por ser conforme a direito e a prova dos autos.

N. 222.—Vistos e relatados estes autos do referido crime, em que é petionario João Baptista de Paula Lima, negam provimento ao recurso interposto, confirma assim a sentença recorrida, por ser conforme a direito e a prova dos autos. Paga pelo petionario as custas. Supremo Tribunal Federal, de junho de 1897. *Aquino e Castro*, presidente.—*Figueiredo Junior*.—*Ri cito de Almeida*.—*Manoel Murinho*.—*Bernardino Ferreira*.—*Pereira Franco*.—*André Cavalcanti*.—*Pindaliba de Mattos*.—*H. do Espirito*, vencido. Não conheci a revisão que não foi concedida ás contravenções.—*Americo Lobo*. Votei de harmonia com o Sr. Ministro H. do Espirito-Santo, e com o disposto no art. 9º alinea 3ª § 1º do decreto organico da Justiça Federal, invocado hoje pela primeira vez neste Tribunal pelo mesmo Ministro e promulgado pelo Sr. Campos Salles, autor do projecto de Constituição, na parte relativa ao Poder Judiciario. Que o art. 81 da Constituição soffre restricções não pôde ser duvidoso e já decidiu este Tribunal na revisão n. 104, de cujos autos fui relator e em cuja sentença só houve um voto vencido, o do finado ministro Americo Braziliense, de saudosa memoria. Com effeito, é claro que as condemnações impostas pelo Senão, nos termos do art. 33 § 3º da Constituição, não podem se incluir entre os processos de que trata o art. 81. E o Tribunal julgou aos 11 de outubro de 1895, não caber o recurso de revisão das decisões condemnatorias proferidas pelas assembleas legislativas dos Estados. Si acaso prevalecer a nova interpretação dada extensiva e illimitadamente ao texto constitucional, o Tribunal conhecerá das infracções de posturas municipaes e de todos os crimes não especificados no Código Penal (art. 6.º) commettidos contra a policia e economia administrativa dos Estados, o que será absurdo.—Fui presente, *Lucio de Mendonça*.

Foi voto vencedor o do Sr. ministro João Barbalho.

E' negado provimento ao recurso de revisão criminal intentado para rehabilitação do recorrente, porquanto, devendo ser esta declarada somente quando novas provas tenham vindo demonstrar com evidencia a innocencia do condemnado e o consequente erro da condemnación, não se mostra com o que de novo consta dos autos que hajam sido satisfeitas taes condições

N. 49.—Vistos, expostos e discutidos os presentes autos de revisão criminal para rehabilitação, em que é impetrante Germano Theodoro Wagner. Mostra-se do seu processo: que, denunciado e accusado o impetrante, como um dos autores do assassinato de Cyrillo Antonio da Silveira, commettido em 4 de março de 1881, foi absolvido por sentença do supplente do juiz de direito da comarca fronteira de Uruguaryana, na então provincia do Rio Grande do Sul; que, reformada essa sentença em grão de apellação, foi o mesmo im-

petrante condemnado á pena de morte por accordão unanime do Tribunal de Relação de Porto Alegre, em sessão de 8 de maio de 1883; que, interposta a manifestada revista dessa decisão, lhe foi esta negada por accordão do antigo Supremo Tribunal de Justiça, em sessão de 20 de fevereiro de 1884; que, subindo o conhecimento daquella condemnación capital ao então governo Imperial, foi ella commutada na pena de galés perpetuas; e que, finalmente, impetrando o sentenciado remissão dessa pena, lhe foi ella perduda por acto de 13 de janeiro de 1890, do chefe do Governo Provisorio da Republica. Com intuito de obter agora a completa proclamação da sua innocencia, allega o impetrante: que a sua condemnación foi o resultado de um erro judiciario; que, por effeito desse erro, soffreu elle as torturas infamantes de uma prisão de oito annos e oito mezes, com a grilheta do calceta; que estava innocente do barbaro crime que lhe fôra imputado: que a sua denuncia, processo e condemnación foram provocados pelo desencadeamento de paixões politicas; que o seu processo constituia um extenso enxame de trapalhias; e que os fugitivos inlicitos de sua culpabilidade tinham sido destruidos pela excepção do *alibi* que oppoz elle e do qual resultava que na hora do crime estava elle em outro lugar. Requisitadas informações do presidente do Superior Tribunal de Porto Alegre, declara esse magistrado: que as sentenças de condemnación proferidas contra Germano Theodoro Wagner, por altos tribunaes, arredados do theatro do crime, constituam por si sós profundas demonstrações da culpabilidade do impetrante; que es as decisões, proferidas com as luzes e experiencia de velhos juizes e com a costumada calma e reflexão, não podiam deixar de ser acatadas como o producto de verdadeira justiça; que de facto a prova contra o impetrante apparecia a cada passo no percurso dos quatro grandes volumes que formavam os autos do seu processo e de seus companheiros; que essa prova era tão eloquente que os patronos do impetrante nunca conseguiram o seu perdao, durante os ultimos tempos do regimen decahido; que os novos documentos apresentados são peças puramente graciosas, o tidas fóra dos tramites legais; que taes peças não podem prevalecer sobre as decisões de juizes que examinaram attenta e minuciosamente os autos; e que, assim, a unica mercê que o impetrante podia esperar já lhe fôra generosamente concedida pelo magnanimo decreto de perdao. O Sr. Ministro procurador geral da Republica opina: que o impetrante não pôde com justiça obter a solicitada rehabilitação; que a sua pretensão não se basea em nenhuma prova acceptavel; que a nova justificação por elle apresentada e prestada, quasi nove annos depois da perpetração do crime, acerca da existencia de um supposto *alibi*, já allegado no processo de julgamento, não tem valor algum e que, portanto, persistem em toda sua força as provas de criminalidade do impetrante, em que se fundaram as sentenças que o condemnaram. Isto posto, e considerando que dos autos se acha plenamente provada a coparticipação do impetrante no barbaro assassinato do estancieiro Cyrillo Antonio da Silveira;

Considerando que, com effeito, do processo resultam as seguintes provas: que Eleuterio de Avila brigando com o seu cunhado Cyrillo, por questões de familia, jurára delle se vingar; que o impetrante, amigo intimo de Eleuterio e inimigo de Cyrillo, não era alheio a este plano, friamente concertado, de vingança, e tanto que uma vez mandou que Isidro Antonio Guterres, peão de Eleuterio, fosse fallar com o seu patrão que desejava dar-lhe um serviço, e sabendo depois esse peão que tal serviço era o assassinato de Cyrillo a isso formalmente se recusou, declarando então o impetrante que o havia de pagar e bem pago; que em outra occasião o impetrante prometteu a um escravo de Cyrillo, em nome de Eleuterio, a sua carta de liberdade, si matasse o seu senhor; e que, finalmente, procurou convencer a um outro escravo de Cyrillo que elle era seu inimigo e que por isso o devia assassinar, sem recio de ser preso, porque fugiria para o Estado Oriental;

Considerando que, além dessas mencionadas provas, existem nos autos outras circunstancias, entre ellas a de haver o impetrante, tres dias depois do crime, quando este ainda permanecia envolto no mais denso mysterio, conta-lo a uma testemunha que o unico movel do crime era o roubo, e que a morte de Cyrillo fôra ocasionada pelo ferimento que elle fizera no braço de um dos assaltantes; e perguntando se-lhe como, não se achando elle presente no lugar do crime, podia saber desse incidente, mostrou-se então muito perturbado, e acrescentou ser tal facto do dominio publico, evadindo-se depois para Montevideo, onde foi effectuada a sua prisão;

Considerando que estas importantes circunstancias, sufficientes para gerar a convicção da criminalidade do impetrante, ainda foram robustecidas pela solemne declaração da viuva do assassinado e de um paraguayo, Manoel Alarcon, de terem reconhecido o impetrante no grupo dos individuos que assaltaram a estancia;

Considerando, por outro lado, que a prova exhibida pelo impetrante para demonstrar a sua innocencia é de todo imprestavel, pois que do simples confronto dos depoimentos das testemunhas tornam-se evidentes as contradicções em que ellas cahiram e de modo a retirar desse documento todo o valor juridico;

Considerando que, si na verdade, assevera agora José Patricio de Barros, amigo particular do impetrante, que elle não podia estar presente na occasião em que se praticou o crime ás 7 horas da noite de 4 de março de 1881, porque a essa hora achava-se elle em sua casa, distante tres leguas da estancia de Cyrillo, todavia, no summario de culpa a mesma testemunha jura: que o impetrante nesse dia jantou com elle e que sahira antes do pôr do sol;

Considerando que a alludida testemunha José Patricio de Barros, explicando a ida do impetrante para Montevideo, logo após o assassinato, affirma que elle empreendeu essa viagem para tratar de negocios d'elle, deponente, e de seu sogro; e entretanto, no summario da culpa diz: que a fugida do impetrante para Montevideo era devida a ter sido elle reconhecido pela viuva do assassinado;

Considerando mais que o impetrante, na petição dirigida a este tribunal, procura insinuar que a autoria do hediondo crime de que o accusam deveria recahir sobre o celebre assassino Assuaga e seu bando; e, no entanto, é o proprio sogro de José Patricio de Barros que assevera que na epoca em que fôra morto Cyrillo percorria a campanha um grupo de bandidos e que o impetrante fazia parte desse grupo;

Considerando que, da mesma sorte nenhum elemento de credibilidade pôdem revestir os depoimentos das duas testemunhas que affirmam ter ouvido da viuva do assassinado e que ella se enganára quando dissera que o impetrante estava presente na occasião da morte de seu marido, uma vez que ella não viu a juizo confirmar taes declarações;

Considerando, finalmente, que a rehabilitação de um condemnado não deve ser proclamada, sinão quando novas provas vierem demonstrar de modo evidente a sua innocencia e o consequente erro da sua condemnación: accordam por isso negar provimento o presente recurso de revisão criminal. Pague o impetrante as custas.

Supremo Tribunal Federal, 15 de setembro de 1897.—*Aquino e Castro*, presidente.—*Bernardino Ferreira*.—*Pindaliba de Mattos*.—*Augusto Olivinho*.—*André Cavalcanti*.—*Americo Lobo*.—*Ribeiro de Almeida*.—*João Barbalho*.—*Manoel Murinho*.—*Macedo Soares*, vencido, por considerar perfectamente rehabilitado o recorrente pelo decreto de perdao concedido pelo marechal Deodoro, chefe do Governo Provisorio, á vista dos documentos novos que lhe foram presentes e das senats as considerações que o fundamentaram. Em meu conceito, Germano Theodoro Wagner não foi o assassino, directo ou indirecto, de Cyrillo da Silveira, pelo que dos autos consta. Não discuti esta questão da autoria, porque le-

vantei no Tribunal, pela primeira vez, a prejudicial da rehabilitação, precedida de decreto de perdão do Governo Provisorio da Republica. — Fui presente, *João Pedro*.

Dá-se provimento á appellação interposta pelo procurador seccional, da sentença absolutoria proferida contra a evidencia das provas constantes dos autos, e é julgado nullo todo o processo, porquanto, não comprehendeu a denuncia todos os factos criminosos praticados pelo réo, e havendo o libello incorrectamente englobado em um só artigo factos diversos, incorrectos foram os quesitos submettidos ao jury, e dahi resultando a incongruencia da sentença appellada.

N. 15. — Vistos os autos de appellação crime, interposta pelo procurador seccional do Estado do Rio Grande do Sul, da sentença do jury de Porto Alegre que absolveu Manoel João da Fontoura Bacellar da accusação que lhe foi intentada pelo crime capitulado no art. 338, § 5º, do Código Criminal, por entender que a dita sentença fôra proferida contra a evidencia das provas dos autos; relatada e discutida a materia, resolvem dar provimento á appellação, para annullar não só o julgamento, como todo o summario inclusivo a denuncia, porque, tendo o accusado praticado diversos crimes de prevaricação, falsificando e alterando mandados, e de estellionatos pelos dinheiros que obteve de particulares, de parceria com outró, na denuncia não se mencionou especificadamente todos os factos criminosos; e, havendo o libello incorrectamente englobado em um só artigo factos diversos, incorrectos foram os quesitos submettidos ao jury, do que necessariamente devia dimanar a incongruente sentença appellada. Paga as custas *ex causa*.

Supremo Tribunal Federal, 10 de julho de 1897. — *Aguino e Castro*, presidente. — *Bernardino Ferreira*. — *H. do Espirito Santo*. — *André Cavalcanti*. — *Americo Lobo*. Os multiplos factos delictuosos attribuidos ao appellado, official de justiça do Juizo Seccional do Rio Grande do Sul, e ao seu co-réo não podem constituir uma prevaricação do appellado e um estellionato do co-réo: devem ter uma só classificação. Prevaricação não são elles (Código Penal, art. 208), porque não está dentro das funcções do official de justiça escrever ou expedir mandados executivos; menos ainda estellionatos, porque, conforme a litteral disposição do art. 260 do Código, em nenhum caso a falsidade que reunir todos os elementos de sua definição legal constituirá elemento de outro crime; ora, a lei n. 221, no art. 20, n. 7, dá competencia ao jury federal para o julgamento de falsificação de actos das autoridades federaes, como aquella que consta destes autos, falsificação que pôde ser feita por pessoas particulares; logo, essa falsificação es'á definida nos arts. 258 e 259 do Código, quando não se inclua nas disposições dos arts. 208, 245 e 257. O projecto do Código Penal apresentado á Camara dos Deputados pela commissão especial, no parecer n. 176 (1893), melhor attende ao assumpto nos arts. 214 e 253. — *Manoel Murinho*. — *Pindahiba de Mattos*. — *João Pedro*. — *Ribeiro de Almeida*. — *Macedo Soares*, vencido com o Sr. ministro *Americo Lobo*. — Fui presente, *Lucio de Mendonça*.

Nega-se provimento á appellação interposta pelo procurador seccional, da sentença proferida em favor dos appellados, por não serem procedentes as razões allegadas, quanto a nulidades: a demora do julgamento pide importar a responsabilidade de quem lhe deu causa, mas não a nulidade do processo; e a irregularidade dos quesitos relativos ás circumstancias não prevalece como nulidade, desde que ficam elles prejudicados pela negação do facto principal; quanto á injustiça da decisão: igualmente não procedem, porque, em vista dos autos, não pôde ser considerada a sentença como contraria á evidencia

N. 17 — Vistos, expostos, relatados e discutidos os autos de appellação crime, entre partes, o procurador seccional do Estado de Goyaz, appellante; Maximiliano Bemvindo

Xavier Brandão e Antonio José Martins, appellados; negam provimento á appellação, por não serem procedentes as allegações do appellante. Quanto ás nulidades indicadas, porque: 1º, a demora do julgamento pôde dar lugar á responsabilidade de quem lhe deu causa, mais não é fundamento para a annullação do processo; 2º, a irregularidade dos quesitos relativos ás circumstancias aggravantes não prevalece como nulidade, desde que esses quesitos ficaram prejudicados, em consequencia da negação do facto principal. Quanto á desconformidade entre a sentença appellada e as provas dos autos, não é tal que possa ser a sentença considerada contraria á evidencia, visto que não se colheram sinão indícios que não firmam a certeza de serem os appellados os autores do facto criminoso; e tanto assim que sobre outro individuo recaem suspeitas (accordão a fls. 112) que si forem verificadas, isentarão de culpa aos appellados. Confirmam, portanto, a sentença appellada, e condemnam a Fazenda Nacional nas custas.

Supremo Tribunal Federal, 21 de agosto de 1897. — *Aguino e Castro*, presidente. — *Ribeiro de Almeida*. Não tomava conhecimento das allegações do appellante, na parte em que atacam a sentença appellada, por contraria ás provas dos autos. O Código do processo criminal, art. 301, limitou a appellação voluntaria aos casos alli indicados; e essa disposição não foi alterada pelo decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890. — *João Barbalho*. — *João Pedro*. — *Pindahiba de Mattos*. — *Pereira Franco*. — *André Cavalcanti*. — *Americo Lobo*, não entrei no conhecimento da questão relativa á evidencia dos autos. — *Bernardino Ferreira*. — *Manoel Murinho*, vencido, tendo votado para que fossem os réos a novo jury por me parecer manifestamente injusta a decisão absolutoria. — *H. do Espirito Santo*.

Estive presente o Sr. procurador geral da Republica.

Não é caso de agravo, com fundamento em supposta incompetencia de juizo ou damno irreparavel, o despacho do juiz seccional indeferindo o requerimento do aggravante para que seja avocado o processo de divorcio a que responde, visto ser incompetente o Tribunal Civil e Criminal, onde corre a causa já em prova, para della tomar conhecimento, sendo, o marido estrangeiro, e tratando-se, portanto, de questão de direito internacional

N. 208 — Vistos, expostos e discutidos estes autos, entre partes, Pedro Caminha e sua mulher D. Luiza de Langard Menezes Cuminada, no agravo por aquelle interposto do despacho do Dr. juiz seccional desta Capital indeferindo seu requerimento, em que pedía avocasse o dito juiz o processo e acção de divorcio que pela dita sua mulher lhe fôra proposta, allegando como fundamento da pedida avocatoria a incompetencia do Tribunal Civil e Criminal, onde corre a acção, visto ser elle (marido) cidadão italiano, e, portanto, tratar-se de questão de direito internacional. E considerando:

Que proposta a referida acção perante o Tribunal Civil e Criminal, oppóz o réo, ora aggravante, excepção de incompetencia da justiça brasileira, invocando sua qualidade de cidadão italiano;

Que discutida essa excepção, e correndo seus termos regulares, foi afinal julgada improcedente; e desta decisão interpondo o réo recurso de agravo para o conselho do mesmo tribunal foi ella confirmada, ficando assim estabelecida a competencia do juizo, onde corria a acção;

Que o réo accitou essa decisão contestando a acção e offerecendo em seguida artigos de reconvenção, o que equivale a uma acção (embora annexa e dependente da primeira) que assim propoz o réo perante o mesmo juizo, cuja competencia por essa forma reconheceu, tanto mais, concluindo seus artigos de reconvenção por pedir a seu turno, que o mesmo juizo decretasse o divorcio, não pelos motivos allegados pela autora, mas sim pelos que, por sua vez apresentava;

Que proseguindo a causa, e, quando já em provas, foi que requereu o réo ao juizo se-

ccional que avocasse o dito processo e acção, sob o mesmo fundamento daquella excepção já discutida, julgada e despezada em 1ª e 2ª instancia;

Que o pedido da referida avocatoria não pôde ser considerado uma excepção de incompetencia, e si fosse, seria inadmissivel, no caso, por ser segunda, visto a regra de direito — que tal excepção uma vez rejeitada, não pôde ser renovada na mesma especie, qualquer que seja a origem de incompetencia, pois é um unico o prazo para deduzil-a (antes da contestação);

Que não sendo uma excepção de incompetencia a pedida avocatoria, o alludido indeferimento não é tambem despacho ou sentença que tenha rejeitado ou julgado uma tal excepção para que delle ou della possa caber o recurso de agravo de que trata o art. 54, VI — letra A, da lei n. 221, de 20 de novembro de 1894 (primeiro fundamento invocado pelo réo para interposição do presente agravo);

Que o alludido indeferimento não produz damno irreparavel, nos termos da *Ordenança*, liv. 3ª tit. 69, prin., e § 1º, porquanto, seguindo a acção seus termos pôde a sentença final considerar ainda a materia da allegada incompetencia, usando então o réo, si a decisão lhe for contraria, do recurso de appellação, e que consequentemente não se dá, na especie sujeita, o recurso admittido pelo citado artigo — letra n, da mencionada lei n. 221 (segundo fundamento invocado pelo aggravante).

Por estas razões o Supremo Tribunal Federal deixa de conhecer do presente agravo que não cabe do despacho de indeferimento ao pedido do aggravante, a quem condemna nas custas.

Supremo Tribunal Federal, 21 de agosto de 1897. — *Aguino e Castro*, presidente. — *Pindahiba de Mattos*. — *Ribeiro de Almeida*, vencido; conhecendo do recurso negava provimento. — *Lucio de Mendonça*. — *H. do Espirito Santo*. — *André Cavalcanti*. — *Pereira Franco*. — *Manoel Murinho*. — *Bernardino Ferreira*. — *Americo Lobo*; não conheço do agravo por me parecer que a questão nelle suscitada, foi levantada extemporaneamente na delação probatoria. — *João Barbalho*, vencido, de conformidade com o voto do Sr. *Ribeiro de Almeida*. — *João Pedro*.

Dá-se provimento ao agravo interposto da decisão que julgou perempta a instancia, por não terem os autores aggravantes, com a propositura da acção, juntado os documentos em que ella se fundava, visto dar-se o caso previsto no art. 720, § 2º do regulamento n. 737, em que é o autor escusado de juntar os á petição inicial; e mais porque não commina a lei a pena de absolvição de instancia ao autor que incorre nessa falta, alids supprida na especie dos autos, de conformidade com as disposições em vigor

N. 210 — Vistos e relatados os autos de agravo de petição, interposto por A. Thum & Comp., do despacho do juiz seccional do Districto Federal, nos autos de uma acção ordinaria em que contendem com C. Castello Branco & Comp., julgando perempta a instancia, nos termos do art. 118 do decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890; em virtude de não se haverem aquellos, com a precisa antecedencia, se munido dos elementos indispensaveis para a propositura da referida acção, no prazo legal, e não ter applicação o artigo 720, § 2º do regulamento n. 737, de 25 de novembro de 1850, que os aggravantes entendem ter sido violado; discutida a materia, resolvem dar provimento ao agravo, para mandar que fique sem effeito o despacho que absolveu os réos aggravados da instancia, e se prosiga nos devidos termos da acção; porquanto:

Considerando que os aggravantes, iniciando a acção, declararam não juntar os documentos fundamentaes, por constarem estes dos autos do arresto, de onde deviam ser extrahidos, o que ainda não haviam feito pela demora occasionada na interposição de um recurso, e assim dando-se justamente a hypothese pre-

vista no citado art. 720, § 2º do regulamento n. 737, em que é o autor escusado de juntar os documentos logo com a petição da acção; mas, quando assim não fosse;

Considerando que nem o art. 118 do decreto n. 848, nem o art. 68 do regulamento citado, quando exige que a petição inicial contenha a indicação das provas e todos os documentos, em que se fundou a acção, commina ao autor a pena da absolvição da instancia por semelhante falta, sendo que esta medida é estabelecida na *Ordenança*, liv. 3º, tit. 20, § 22, explicada pelo aserto da Casa de Suppliação, de 23 de novembro de 1769, que permite ao autor juntar documentos que faltassem no libello, enquanto o juiz não delibera sobre o caso;

Considerando que na hypothese dos autos, os agravantes apresentaram documentos, na occasião em que eram ouvidos nos autos, acerca da falta dos mesmos, e antes que o juiz deliberasse a respeito, como consta de fls. 62, consequentemente, nos termos da *Ordenança* e assentos referidos, não podiam os réos agravados ser absolvidos da instancia. Assim julgando, condemnam os agravados nas custas.

Supremo Tribunal Federal, 4 de setembro de 1897. — *Aquino e Castro*, presidente. — *H. do Espirito Santo*. — *Pereira Franco*. — *Manoel Murinho*. — *Lucio de Mendonça*. — *João Barbalho*. — *Pindahiba de Mattos*, vencido. — *Macedo Soares*. — *Bernardino Ferreira*, vencido. — *André Cavalcanti*. — *Americo Lobo*.

Resolvendo-se preliminarmente ter sido interposto o agravo em tempo e ser o agravante parte legitima para usar desse recurso, é negado provimento ao agravo requerido contra o despacho que julgou improcedente a excepção de incompetencia de juizo, opposta na acção de petição de herança intentada pela agravada contra os herdeiros de um subdito portuguez, aqui fallecido com testamento, em que deixou a autora um fideicomisso da 3ª parte de seus bens, visto ser irrecusavel a competencia do juiz a quo para a acção proposta em face do art. 60 letra h da Constituição.

N. 212 — Vistos e expostos os autos do agravo de petição interposto por José Moreira da Silva Santos contra a Santa Casa de Misericordia do Porto, do despacho pelo qual o juiz federal deste districto julgou improcedente a excepção de incompetencia de juizo, opposta na acção de petição de herança intentada pela ora agravada contra os herdeiros do subdito portuguez Manuel Joaquim Gonçalves, residente nesta Capital, onde falleceu com testamento em que deixou a autora um fideicomisso da terça parte de seus bens. Resolvendo-se preliminarmente, haver sido interposto o recurso dentro do prazo legal, pois este se conta do momento da sciencia da decisão recorrida, e tal sciencia se faz certo, conforme as hypotheses, pela publicação em audiencia, ou pela notificação, ou pela simples intimação sob prego, em audiencia (decreto de 15 de março de 1842, art. 19; regulamento n. 737, de 15 de novembro de 1850, art. 235 e 722) e nenhum de taes modos consta dos autos se verificasse, de sorte que, quando o agravante se compareceu em juizo com a petição de agravo, ainda não tinha para elle passado em julgado a decisão recorrida, e assim bem admitido foi a agravar, nos termos do art. 57 do citado regulamento de 1850. Rejeitada a preliminar, suscitada pela agravada, de illegitimidade do agravante para o recurso interposto, pois é parte na acção em que se proferiu o despacho recorrido, e assim entra na regra geral da *Ord.* do livro 3º, titulo 84, pr., segundo a qual póde agravar qualquer das partes que se sentir agravada pela sentença. E considerando que a allegação de nullidade do testamento e incapacidade do herdeiro é extemporanea, e só póde constituir materia de defesa para ser produzida na contestação. (C. Telles, *Dout. das Acc.* § 125; art. 75 do cit. reg. de 1850); que irrecusavel é a competencia do juiz a quo para a acção proposta, em face do art. 60, letra h da Const., pois trata-se de questão de successão de es-

trangeiro residente no Brazil, e que ha de ser regula a pelas leis do paiz do de cujos (*Consol. das L. Civ.* art. 408; lei n. 1.093, de 10 de setembro de 1860, art. 1º), tendo, consequentemente, de ser apreciada e julgada segundo os principios de direito internacional privado; que, finalmente, não obsta a esta decisão o disposto no art. 61, n. 1, da Constituição, referente á especie diversa — arrecadação, liquidação e ajuização de espolio de estrangeiro, cujo processo corre perante as justicas locais, como está succedendo com os bens do proprio testador de que se trata (documentos de fls. 41 v. e seguintes e 136 e 138); accordam near provimento ao ao agravo e condemnam o agravante nas custas.

Supremo Tribunal Federal, 11 de setembro de 1897. — *Aquino e Castro*, presidente. — *Lucio de Mendonça*. — *Pereira Franco*. — *Macedo Soares*. — *Bernardino Ferreira*. — *Manoel Murinho*. — *Augusto Olyntho*. — *H. do Espirito Santo*. — *André Cavalcanti*. — *Americo Lobo*. — *João Barbalho*. — *Ribeiro de Almeida*.

E' confirmada em parte e em parte reformada a sentença que julgou improcedente a acção proposta contra a Fazenda Nacional pelo ex-secretario da Junta Commercial do Estado do Pará, pedindo o pagamento de vencimentos relativos ao tempo em que esteve suspenso de suas funcções por acto da presidencia da mesma Junta, e ao da demissão que lhe foi dada pelo governador até ser reintegrado no referido emprego; porquanto, não tinha o presidente da Junta competencia para suspender o secretario, mas tinha o governador do Estado para demitti-lo, em vista das disposições legais applicaveis ao caso de que se trata

N. 242. — Vistos, expostos e discutidos estes autos, em que o appellante Bacharel Leandro de Almeida Ribeiro, ex-secretario da Junta Commercial do Estado do Pará, pede, que pela Fazenda Nacional, appellada, lhe seja paga, não só a quantia de 3:064\$920, importancia dos seus vencimentos relativos ao tempo das tres suspensões que lhe foram impostas pelo presidente da mesma Junta, e da demissão que lhe foi dada pelo Governador, em setembro de 1888, até a data em que reassumiu as funcções do dito cargo em que foi reintegrado por decreto de 20 de julho de 1889, mas tambem os vencimentos correspondentes ao tempo decorrido, desde sua demissão, por acto do governo do Estado do Pará, em 14 de março de 1893 até ser novamente reintegrado ou nomeado para logar equivalente ou aposentado por contar mais de 10 annos de serviço publico; reformando a sentença appellada na parte em que julgou improcedente a acção, tambem quanto á referida quantia de 3:064\$920, atentas ás varias razões longamente expostas na consulta do conselho de Estado, nas quaes se baseou o aviso de 3 de setembro de 1889, negando competencia aos presidentes das Juntas Commerciaes para suspender os respectivos secretarios, e nas em que se fundou o Governador para reintegrar o appellante, de onde resultou a ordem para o pagamento da mencionada quantia, ten lo para elle votado o necessario credito o Congresso Nacional, que o Tribunal de Contas mandou registrar para se tornar effectivo; confirmam, porém a mesma sentença appellada na parte, em que julgou igualmente improcedente a acção, quanto ao pedido do appellante, referente á demissão dada pelo governador do Estado do Pará, a seu ver, attentatoria dos seus direitos, como empregado federal, com direito á aposentadoria, porquanto o governador do Pará, expellindo o acto de 14 de março de 1883, demittindo o appellante, fez uso de uma faculdade que lhe é propria; e assim, não cabe a este Supremo Tribunal apreciar a parte em que pretende o appellante, uma vez que o art. 13 da lei n. 221, de 29 de novembro de 1894, no qual se fundou o appellante para propor a presente acção, trata da lesão de direitos individuais por actos de autoridades administrativas da União, e o assumpto é claramente de natureza estadual. O decreto n. 433, de 11

de julho de 1891, providenciando sobre a execução dos arts. 3º e 4º das disposições transitorias da Constituição no seu art. 1º dia 1 que o pessoal e material concernentes aos serviços alludidos no referido art. 3º ficariam sujeitos á administração dos Estados, desde que estes, promulgada a respectiva Constituição e eleito o governador ou presidente, tivessem votado o seu orçamento. Ora, no Estado do Pará foi promulgada a sua Constituição em 22 de julho de 1891, a qual no seu art. 69 § 2º não reconhece direito a aposentadoria aos empregados publicos do Estado, segundo o art. 2º das disposições transitorias, a eleição do presidente deveria ser feita no dia 23 de julho, immediato ao da promulgação da Constituição. E na sessão legislativa desse mesmo anno de 1891, o Congresso Estadual fez o seu orçamento; ficando desse modo preenchidas todas as formalidades, afim do mesmo Estado assumir exclusivamente a administração dos serviços da sua competencia, entre os quaes figura a organização da justiça estadual, de que é ramo a Junta Commercial. Pelo que, o governador era competente para nomear e demittir o secretario da Junta Commercial, que, jamais, poderia ser aposentado, em face da prohibição expressa no citado art. 69 da Constituição Estadual. Mas, quando assim não fosse competente, ainda seria o governador do Pará para nomear e demittir o secretario da Junta Commercial. O decreto n. 596, de 19 de julho de 1890, do Governo Provisorio, que reorganizou as Juntas e Inspectorias Commerciaes, no art. 5º prescreve que os presidentes e secretarios são nomeados pelo Ministro da Justiça na Capital Federal e pelo governador no Estado em que a junta tem a sua sede, e que um e outro serão conservados enquanto bem servirem. Por estas razões, portanto, assim julgando, condemnam as partes nas custas, em proporção.

Supremo Tribunal Federal, 18 de agosto de 1897. — *Aquino e Castro*, presidente. — *Pereira Franco*. — *H. do Espirito Santo*. — *João Pedro*. — *Pindahiba de Mattos*. — *André Cavalcanti*. — *Manoel Murinho*. — *João Barbalho*. — *Americo Lobo*. — *Ribeiro de Almeida*. — *Macedo Soares*. — *Bernardino Ferreira*. — Foi presente ao julgamento o Sr. ministro procurador geral.

E' reformada a sentença e julgada improcedente a acção proposta pela appellada contra a União Federal, appellante, pedindo indemnização dos danos causados em suas propriedades pela explosão occorrida na Mortona em 1894, porquanto não provou a autora as faltas allegadas, para determinar a responsabilidade da appellante pelos prejuizos alludidos, e nem o seu dominio e posse nos predios damnificados

N. 270 — Vistos, relatados e discutidos estes autos, entre partes, como appellante a União Federal e appellada D. Rita do Carmo Pinheiro, em favor de quem o juiz seccional deste districto proferiu sentença, mandando que pela appellada lhe fosse paga a quantia de 6:200\$, de danos causados em seus predios ns. 56 e 70 da rua do Conselheiro Zacharias, pela explosão occorrida na Mortona em 18 de agosto de 1894, julgando procedente a appellação para reformar a sentença appellada e considerar improcedente a acção; porquanto a appellada não provou os factos allegados para determinar a responsabilidade da appellante pelos prejuizos alludidos, pois nem a vistoria (fl. 22) demonstra claramente terem sido os danos provenientes da mencionada explosão, nem as testemunhas de que trata a certidão (fl. 38), aliás inqueridas em outra causa, embora sobre igual prejuizo, attribuido ao mesmo incidente, depõe de modo preciso, completo e uniforme, como mister se fazia, para firmar, ao menos a culpa dos agentes da appellante e consequentemente a responsabilidade desta pelos danos succedidos, accrescendo não haver a appellada provado de forma alguma o seu dominio e posse nos predios indicados. Portanto e o mais dos autos, julgando improcedente a

acção, por não estar devidamente provada, condemnam a appellação nas custas.

Supremo Tribunal Federal, 28 de agosto de 1897. — Aquino e Castro, presidente. — Pereira Franco. — Macedo Soares. — Pindahiba de Mattos. — Manoel Murquinho. — João Barbalho. — André Cavalcanti. — Americo Lobo. — Ribeiro de Almeida. — H. do Espirito Santo. — Bernardino Ferreira. Fui presente, João Pedro.

E' reformada a sentença que, julgando legitima a acção de seguro intentada ordinariamente pelo autor appellante contra a Companhia ré, absolveu a ré do pedido; e é esta condemnada a pagar o valor do mesmo seguro, constante da respectiva apolice, visto que, não resultando nullidade do processo, da substituição da acção especial de seguro pela acção ordinaria, acha-se provada a inteira verdade do carregamento de mercadorias que se perderam no vehiculo que as conduzia.

N. 290 — Vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação que José Narciso Braga interpõe da sentença a fl. 113, onde o juiz federal da secção do Piahy, julgando legitima a acção de seguro por elle intentada ordinariamente contra a Companhia Progresso Mercantil, absolveu do pedido a ré, ora appellada;

Considerando que, attenta á privativa competência dos juizes federaes para processar e julgar as questões de direito marítimo e de navegação, bem como as de direito privado internacional, o decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890, ad instar do art. 181, onde, entre as causas summarias não exprime as acções relativas ao ajuste e despedida dos individuos da tripulação (codigo commercial, parte 2ª titulo 5º), nem as procedentes de fornecimento de virtualhas e mantimentos para navios, dispoz exemplificativamente no art. 158 V, do capitulo 28, que se inscreve — Das acções especiaes, acerca de uma só, a executiva, pelo que é visto que não exclue outras especies estabelecidas no regulamento n. 737, de 25 de novembro de 1850, isto é, a decennial que compete, entre outros titulos, as letras de cambio, aos conhecimentos de fretes e ás apolices ou letras de seguro; a acção de deposito, a de soldadas e as de seguros (codigo arts. 284, 561, 587, 635, 675 e 730); conclusão ainda confirmada, ha pouco, pela lei n. 221, de 20 de novembro de 1894 — porquanto, mandando o art. 44 da dita lei e seu paragrapho unico applicarem-se na justiça federal as acções especiaes estranhas aos regulamento n. 737 e, deste, o odiosissimo processo preparatorio de detenção pessoal, é claro que, por maioria de razão, manda applicar-se no mesmo juizo as acções summarias ou especiaes, instituidas no dito regulamento;

Considerando, porém, não resultar nullidade da substituição da acção especial de seguro, de que tratam os arts. 299 e 306 do regulamento n. 737 pela acção ordinaria, mais favoravel á ré, porque a acção de seguro, logo que é contestada, toma a forma ordinaria, nos termos do art. 307 do regulamento. Isto posto;

Considerando mostrar-se dos autos a inteira verdade do carregamento de mercadorias que se perderam no vehiculo que as conduzia, ex-vi do conhecimento regular de fl. 5, cuja fé, longe de ter sido illidida na dilacção probatoria (codigo art. 586), mais se accentua, ante o confronto dos documentos, de que se evidencia que o dito conhecimento fora precedido e logo seguido do effectivo carregamento de 43 e de 56 rolos de fumo;

Considerando, finalmente, ter capacidade acima do minimo taxado pela appellada as pequenas embarcações da cabotagem do rio Parahyba nas quaes ella segura mercadorias e estar matriculado na Capitania do Porto de Piahy o vehiculo em que se carregaram e perderam os 99 rolos de fumo pertencentes ao appellante, tendo sido de todo indifferente para a acceitação do contracto de fls. 14 (codigo art. 678 § 2) a mudança de nome que teve innocentemente o mesmo vehiculo: o Supremo Tribunal Federal, dando

provimento á appellação interposta de fls. 126 revoga a sentença da primeira instancia e condemna a appellada a pagar ao appellante 4:800\$, valor do seguro constante da apolice de fls. 14, com os juros da mora e custas.

Supremo Tribunal Federal, 28 de agosto de 1897. — Aquino e Castro, presidente. — Americo Lobo. — Pereira Franco. — Pindahiba de Mattos. — André Cavalcanti. — Manoel Murquinho. — Bernardino Ferreira. — H. do Espirito Santo. — Macedo Soares. — João Barbalho. — Ribeiro de Almeida. — Fui presente. — João Pedro.

Tomando-se conhecimento do recurso interposto da deciso proferida em ultima instancia pela justiça estadual, julgando valido o aforamento perpetuo de um immoel pertencente ao mosteiro de S. Bento, na Parahyba do Norte, effectuado sem licença do Governo e autorização do poder ecclesiastico, é negado provimento ao mesmo recurso, porque a lei de 9 de dezembro de 1830, cuja inobservancia se allega, não pôde mais ser considerada em vigor, em face do art. 72, § 3º da Constituição; e porque, estando a igreja catholica no dominio do direito publico territorial ou do direito privado sujeita ás leis e jurisdicção ordinarias, não lhe é dado invocar o direito canonico para regular as relações juridicas sobre causas ou assumptos temporaes e que interessam á ordem social.

(Veja rec. extraord. n. 85 — Jurispru. 1896 — N. 110)

N. 119 — Vistos, expostos e discutidos os presentes autos de recurso extraordinario, entre partes, como recorrente o abade do mosteiro de S. Bento no Estado da Parahyba do Norte, e recorridos Simplicio Hygino de Hollanda Caldas e sua mulher. Tendo sido dado em aforamento perpetuo o engenho «Marabú», naquella Estado, pertencente ao mosteiro de S. Bento por escriptura publica passada em 19 de abril de 1892; propondo acção de nullidade desse aforamento o abba le, que succedeu em sua dignidade áquelle que havia celebrado o contracto com simplicio Hygino de Hollanda Caldas e sua mulher, allegou que ao tempo em que foi lavrada a escriptura, já o abba le seu antecessor se achava em estado de demencia por effeito da molestia de que veio a fallecer; que pela exiguidade do preço do fóro, continha o contracto lesão enorme; que, além disso, foi o mesmo contracto effectuado sem licença do Governo; e que, da mesma sorte dispunha-se para sua celebração a necessaria autorização do poder ecclesiastico.

Contestada a acção e seguindo ella o seu curso ordinario, foi declarado nullo o aforamento por sentença do juiz da 1ª instancia.

Appellando, porém, dessa decisão os recorridos para o superior tribunal o Estado, foi reformada a mesma sentença, no sentido de ser considerado valido o aforamento. Sendo desta ultima decisão que interpoz o abba le do mosteiro de S. Bento o presente recurso extraordinario, e pretendeu justificar por meio dos seguintes juramentos: que por força da lei de 9 de dezembro de 1830, não podendo as ordens religiosas celebrar validamente quaesquer contractos onerosos translativos de dominio, sem licença do Governo, não foi essa restricção abolida pelo actual regimen politico, que o decreto n. 119, de 17 de janeiro de 1890, e o art. 72, § 3º, da Constituição Federal ampliam a capacidade civil das corporações religiosas, sómente revogaram a legislação anterior na parte em que restringia a capacidade, quanto á aquisição de bens de raiz e não quanto á licença de governo para a alienação; que, por outro lado, não podia ser essa emphyteuse constituída sem as formalidades canonicas; que o direito canonico tornando imprescindivel, para a validade de taes contractos, a licença do Pontifice, não bastando a dos Ordinarios ou Abba des e dos Capitulos, foi, no entretanto, preterida essa formula substancial; que o direito ecclesiastico tem actualmente plena execução, sem dependencia do poder civil; que, com effeito, a igreja catholica é uma sociedade universal, perfeita

e com todos os attributos da soberania — poder de governo, de legislar e de punir; que as nações catholicas ou não, reconhecendo essa soberania, continuam a considerar o papa como um soberano e a igreja como um Estado que entretem relações diplomaticas por meio de enviados juntos á Santa Sé; que assim sendo, com relação ao aforamento o engenho «Marabú» não podiam os tribunaes patrios deixar de applicar o direito canonico, que é a legislação do Estado estrangeiro; que, portanto, achando-se esta materia, ex-vi do disposto na letra h do art. 60 da Constituição, virtualmente comprehendida na esphera da jurisdicção federal, dever-se-hia declarar insubsistentes a decisão dos tribunaes do Estado da Parahyba do Norte, pela sua manifesta incompetencia *ratione materiae*, para conhecerem da questão, cuja nullidade em tempo algum poderá ser sanada, Ord. L. 1º, tit. 5º § 8º; e que, nestes termos era de esperar que fosse provido este recurso extraordinario: isto posto, e resolvida a preliminar de se tomar conhecimento do presente recurso, em virtude do (statuido no art. 59, n. 3, § 1º, letra a, da Constituição Federal, todavia lhe negam provimento. A lei de 9 de dezembro de 1830 em todo seu contexto e portanto ainda mesmo na parte em que exigia licença do Governo para a alienação de bens das corporações religiosas, não pôde mais ser considerado em vigor. Evidentemente, que dos precisos termos do § 3º do art. 72 da Constituição Federal, resulta que as chamadas leis de amortização foram completamente revogadas, uma vez que ás associações religiosas é permitido se constituírem, sem dependencia do governo, observadas as disposições do direito *commum*. E quando, porventura, ainda se pudesse erguer duvidas sobre esta interpretação, bastaria, para dissipal-as, invocar o elemento historico. Com effeito, por occasião de ser este assumpto discutido no Congresso Nacional, foram substituidas no projecto da Constituição as expressões «Observados os limites postos pelas leis de mão morta» para «Observadas as disposições do direito *commum*», salientando assim essa circumstancia de modo claro e positivo o pensamento do legislador constituinte de considerar abolidas as leis de excepção com a investitura da personalidade juridica que outorou ás corporações religiosas. Consequentemente, taes institutos religiosos podem livremente administrar e dispor dos seus patrimonios, sem quaesquer interferencias do Governo Federal. E nem se dá tambem na especie vertente violação do art. 60, letra h, da Constituição. A igreja catholica romana quer sob o ponto de vista do direito internacional, quer sob o ponto de vista do direito publico de cada Estado, não pôde pretender outra situação juridica, si não aquella que possa caber a qualquer outra igreja ou confissão religiosa. Nem ella poderia actualmente, á despeito de sua admiravel consolidação, através de tantos seculos, solicitar nem um outro privilegio, a não ser o gozo de certas regalias, em attenção as condições particulares de seu desenvolvimento historico. Muito embora tenha o chefe da igreja catholica romana a faculdade de prover livremente o seu governo, de communicar-se com todo o clero, de exercer poder legislativo e de fulminar penas; é bem de ver que toda essa somma de poder consitue funções ecclesiasticas, meramente espirituaes, que não se transformando em attributos temporaes, não podem de modo algum assimilar a igreja catholica romana a um verdadeiro Estado.

Não se contrapondo a esta doutrina o direito de representação que assiste á igreja catholica romana, esta representação, que não é identica, como ensinam os modernos internacionalistas, ao direito de legação, tem unicamente por objectivo manter e regular os assumptos pertencentes ao ministerio ecclesiastico, ao culto e a todas as outras relações de caracter espiritual, que possam cahir sob a acção da autoridade civil e que devam ser regidas pelo direito publico interno de cada uma nação.

Assim, pois, estando a igreja catholica romana no campo do direito publico territorial

ou do direito privado sujeita ás leis e jurisdicção ordinaria, não lhe pôde ser permittido invocar o direito canonico para regular as relações juridicas sobre causas ou assumptos temporaes e que interessam á ordem social. E condemnam o recorrente nas custas.

Supremo Tribunal Federal, 7 de agosto de 1897.—*Aquino e Castro*, presidente.—*Bernardino Ferreira*.—*André Cavalcanti*.—*H. do Espírito Santo*.—*Pindahiba de Mattos*.—*João Pedro*.—*Pereira Franco*.—*Ribeiro de Almeida*.—*João Barbalho*, vencido.—*Americo Lobo*, vencido, attentos os motivos com que fundamentei o voto proferido no julgamento do recurso extraordinario n. 85, em tudo igual a este. São corpos de mão morta, define-os Felício dos Santos, no art. 173 do projecto do Codigó Civil da Republica dos Estados Unidos do Brazil, as corporações e estabelecimentos publicos perpetuos, por tempo illimitado ou por prazo que exceda a 60 annos. As corporações, diz o art. 166, são consideradas, ainda em relação a seus membros, como pessoas inteiramente distinctas, tendo seus direitos e obrigações proprias, e em consequencia:

1º, os bens que pertencem ás corporações não pertencem a nenhum de seus membros, no todo ou em parte, nem a todos, nem ás pessoas em cuja utilidade foram creadas;

2º, nenhum dos membros, ou todos, tem a obrigação de pagar as dividas da corporação, só os bens desta estão sujeitos ás suas dividas. (Vide as alíneas 3ª, 7ª e o art. 172.) Isto posto, a evidencia hoje assignalada pelo Tribunal Federal acha-se em diametral opposição com dous actos posteriores á promulgação da lei constitucional, o primeiro dos quaes é o projecto do codigó civil brasileiro, contractado pelo Governo Provisorio da Republica, e o segundo é o instrumento authenticó da interpretação dada ao art. 72, § 3º, da suprema lei pelo Congresso Nacional, com a sancção do Poder Executivo, isto é, a lei n. 173, de 10 de setembro de 1893, a qual, como mostra a epigraphie, regula a organização das associações que se fundarem para fins religiosos, moraes, scientificos, artisticos, politicos ou de simples recreio, nos termos do art. 23 do seguinte teor a disposição do art. 23 do referido projecto, cuja leitura me inspirou o appello que da tribuna do Senado dirigi ao seu autor na sessão de 11 de maio de 1893, disposição semelhante ao art. 174 e 176 do projecto de F. dos Santos, e tão justa e necessaria que não incorreu em nenhuma censura de inconveniencia ou de inconstitucionalidade da parte das commissões que examinaram o projecto, nem da parte dos oradores que o discutiram: «*Todavia as pessoas civis perpetuas não podem adquirir por titulo oneroso bens immoveis e devem converter os que lhe advierem gratuitamente em titulos da divida publica federal, dentro de um anno, contado da data da aquisição, sob pena de os perderem em beneficio da municipalidade, onde estiverem situados. O mesmo prazo, e sob as mesmas penas, lhes é concedido para a conversão em titulos da mesma especie dos bens moveis que possuirem ao tempo da execução deste codigó. Em apoio da determinação ora trasladada, a lei interpretativa n. 173 exclue evidentemente de seu seio do ambito do texto constitucional todas e quaesquer corporações de mão morta, porquanto permite, no art. 3º, § 5º, que os bens pertencentes aos membros das sociedades de que trata respondam pela dividas sociaes; institue no art. 9º, de par com a responsabilidade solidaria dos directores ou administradores, a responsabilidade excepcional dos socios; manda no art. 11 que, dissolvida e liquidada a sociedade, salvo clausula estatuaria ou prévia del' herança social, o saldo se partilhe entre os socios existentes, tornando-se vagos os bens só quando a associação perde todos os seus membros; equipara no art. 15 á sociedade civil as associações não registradas e assim reconhece em cada um dos seus socios um condominio e com possessão no patrimonio commum, inconciliaveis com a perpetiva subrogação de pessoas e cousas, elem nto caracteristico das comparações; finalmente, dispõe no art. 16 que as so-*

ciudades, a que se refere, possam revestir a forma, e então se rejam pela lei das sociedades anonymas, o que importa para os conventos um sacrilegio, e um impossivel para as sociedades perpetuas. Logo o art. 72, § 3º, da Constituição Federal, devidamente interpretado pelos poderes politicos da Republica, não comprehende corporações. O exemplo dos Estados Unidos da America do Norte mostra que a liberdade de associação e de culto casa-se perfeitamente com as leis de amortização e, estabelecida no § 2º do art. 72 de nossa Constituição a plena igualdade das pessoas ante a lei, ali abolidos simultaneamente todos os privilegios, não se esquivam as Ordens Regulares ao imperio de uma regra juridica, que é o direito commum de todas as corporações, sejam religiosas ou sejam civis, como misericordias, hospitaes e outras fundações. Na lição de Paula Baptista (compendio de *Hermeneutica Juridica* § 22) as leis que proclamam novos principios e *terda les sociaes*, destroem as antigas que estão em opposição com ellas e apenas representam o tempo que já passou. Attente o Tribunal Federal nas consequencias que decorrem fatalmente de sua interpretação inductiva, que está em manifesto desaccordo com a lei interpretativa e com dous Projectos do Codigó Civil. Si é verdadeira a doutrina desta sentença assignada por nove juizes, de entre o quaes ha apenas dous vencidos, estão tambem revogadas virtualmente a Ord., livr. 4ª, tit. 87, e a lei de 6 de setembro de 1885, cuja rasão é a mesma, isto é, são permittidas as substituições além do 2º grau, ou *ad infinitum* (Corrêa Telles, *Digesto Portuguez*, tit. 3º, art. 1.639 e nota. Coelho da Rocha, *Direito Civil* § 719), e igualmente são permittidos (se não restaurados os extinctos pela lei), os morgados, capellas e vinculos de qualquer natureza ou denominação e a instituição da alina por herdeira (lei de 9 de setembro de 1769, § 21. Assento de 29 de março de 1770). Sobreleva o espirito philosophico e juridico do decreto n. 119 a, de 7 de janeiro de 1890 (a aurora da Republica), a qual prohibiu a intervenção da autoridade da União ou dos Estados federados em materia religiosa consagrou a plena liberdade de culto e extinguiu o palroado, mas, no art. 5º sujeitou expressamente ao imperio das leis de amortização as corporações de mão morta, entidades moraes que o Estado alenta com o sopro de sua soberania, porém desfaz quando perniciosas ao organismo social. Até aqui me tenho occupado com a prohibição de adquirir immoveis a titulo oneroso e com a obrigação de converter em titulos da divida publica os bens de raiz que adquirirem a titulo gratuito, impostas, em geral, ás corporações; observeo, contudo, que no julgamento deste recurso se confundiu essa obrigação com a prohibição, quasi antithetica, em que, era particular, estão as ordens regulares em face da lei de 9 de dezembro de 1890, de alhear seus bens ou sobre ellos celebrar contractos onerosos, sem prévia licença do Governo.

Não vejo no *Pacto Federal* nenhum texto contrario a essa disposição, antes me lembro uns artigos inserto no *Diário Official*, durante o Governo do primeiro Presidente da Republica, nos quaes se demonstrou irrefragavelmente que ainda vigora o artigo unico da lei de 9 de dezembro, cuja providencia (a que não deixa de corresponder o art. 8º da lei n. 173) filia-se á tabella que compete ao Estado sobre as pessoas incapazes. Em verdade, o § 28 do art. 72 da Constituição (autinomia com o art. 70, n. 4, a cuja eliminação dará logar), extinguiu a incapacidade juridica dos frades, mas si estes se tornaram aptos para receber bens e dispor delles no proprio nome, jamais terão a capacidade de dispor dos bens, dos conventos, de que são uns detentoris, e cuja propriedade e posse pertencem á Nação incorporando-se ao seu patrimonio, logo que se opere a vacancia. Basta a expectativa deste evento para explicar, justificar e perpetuar a medida de ordem publica e economica, decretada na lei de 9 de dezembro de 1890. Foi presente o Sr. Ministro Procurador Geral da Republica.

Não se toma conhecimento do recurso extraordinario interposto com fundamento no art. 9º, paragrapho unico, letra C, do decreto n. 848 e art. 24 da lei n. 221, por ser nesta parte inconstitucional a disposição invocada, desde que foi propositalmente omitido no art. 59, § 1º, da Constituição o caso indicado no citado paragrapho unico, letra C

N. 114— Vistos relataes e discutidos estes autos de recurso extraordinario entre partes, como recorrente Diogo Candido Martins e Antonio Martins Gonçalves e como recorrido Joaquim Pinto Cardoso de Menezes.— Foi o recurso interposto do accordão das camaras reunidas da Côte de Appellação desta Capital a fls. 290 v, que rejeitou in limine os embargos oppostos a fl 250, por consideral-os segundos quando eram elles, conforme allegam os recorrentes, embargos a execução, manifestamente autorizados pelo art. 531 combinado com o art. 680, § 2º, ambos do decreto n. 737, de 1850, cujas disposições foram assim violadas pela citada decisão incorrendo esta na censura do art. 9º, paragrapho unico, letra C do decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890, e art. 24 da lei n. 221, de 1894, invocados como fundamento do recurso de que se trata, segundo se verifica da respectiva petição a fls. 293:

Considerando, porém, que o caso de recurso extraordinario estabelecido na indicada letra C foi virtualmente abolido pela Constituição Federal, de data posterior ao decreto n. 848, a qual no art. 59, § 1º, reproduziu com pequena alteração os casos das letras a e b do referido art. 9º, paragrapho unico, omitindo propositalmente aquelle ultimo, pelo que o art. 24 da lei n. 221, de 1894, restabelecendo-o, e neste ponto inconstitucional, e portanto não pôde ser observado.— Accordam não tomar conhecimento do presente recurso, e condemnam os recorrentes nas custas.

Supremo Tribunal Federal, 28 [de] agosto de 1897.—*Aquino e Castro*, presidente.—*Manoel Murтинho*.—*João Barbalho*.—*André Cavalcanti*.—*Americo Lobo*.—*Macedo Soares*.—*Pereira Franco*.—*Pindahiba de Mattos*.—*H. do Espírito Santo*.—*Bernardino Ferreira*.— Fui presente, *João Pedro*.

72ª SESSÃO EM 2 DE OUTUBRO DE 1897

Presidência do Sr. ministro Aquino e Castro

A's 10 1/2 horas da manhã abriu-se a sessão, acham-lo-se presentes os Srs. ministros B. de Pereira Franco, Macedo Soares, Pindahiba de Mattos, Bernardino Ferreira, Americo Lobo, Lucio de Mendonça, Ribeiro de Almeida, João Barbalho, Manoel Murтинho, André Cavalcanti e Augusto Olintho.

Deixaram de comparecer os Srs. ministros Piza e Almeida, que se acham em gozo de licença e os Srs. H. do Espírito Santo e João Pedro.

Foi lida e approvada a acta da sessão anterior e despachado todo o expediente sobre a mesa.

JULGAMENTOS

Habeas corpus

N. 1.017 — Capital Federal — Relator, o Sr. ministro Ribeiro de Almeida; paciente, José Ferreira do Sacramento.— Não passando o adiamento proposto pelo Sr. Pindahiba de Mattos, para que seja ouvido sobre a petição de *habeas corpus*, o delegado de policia, a disposição de quem se acha agora o paciente, contra o voto do mesmo senhor e do Sr. Bernardino Ferreira, foi conce lida a ordem de soltura, contra os votos dos mesmos senhores.— Não votou o Sr. João Barbalho por se haver retirado por incommodado.

Aggravos

N. 213 — Capital Federal — Relator, o Sr. ministro Manoel Murтинho; agravante Gomes Paz & Comp., agravada, a Companhia de Seguros Atalaia.— Julgando-se, como preliminar, competente a Justiça Federal para tomar conhecimento da questão, que versa sobre marca de fabrica, pelos votos dos

Côrte de Appellação

SESSÃO DA CAMARA CRIMINAL EM 1 DE OUTUBRO DE 1897

Presidencia do Sr. desembargador Azevedo Magalhães—Secretario, o Sr. Dr. Evaristo Gonzaga

Compareceram os Srs. desembargadores Espinola, Dias Lima, Tavares Bastos, Miranda Ribeiro e Dodsworth.

JULGAMENTO

Appellação crime

Appellante, Amaro José de Almeida; appellada, a justiça; relator, o Sr. desembargador Dias Lima.—Julgaram improcedente a appellação.

PASSAGENS

Appellações crimes

N. 321 — Ao Sr. desembargador Espinola.

Ns. 322 e 323 — Ao Sr. desembargador Dias Lima.

Appellação civil

Ns. 1.176 e 1.003 — Ao Sr. desembargador Miranda Ribeiro.

Appellações commerciaes

Ns. 1.343 e 1.210 — Ao Sr. desembargador Espinola.

N. 1.028 — Ao Sr. desembargador Miranda Ribeiro.

N. 1.227 — Ao Sr. desembargador Dodsworth.

RENDAS PUBLICAS

ALFANDEGA DO RIO DE JANEIRO

Por fôlha de 1 de outubro de 1897.	259:853\$784
Idem de dia 2.	232:020\$600
Em igual periodo de 1896 ..	491:874\$384
	774:229\$860

RECREADERIA

Rendimento de 1 de outubro de 1897.	32:886\$564
Idem de dia 2 ..	44:714\$749
Em igual periodo de 1896 ..	77:801\$313
	78:083\$629

MESA DE RENDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NA CAPITAL FEDERAL

Rendimento do dia 2 de outubro de 1897 ..	53:926\$312
Do 1 a 2 ..	106:290\$014

RECREADERIA DO ESTADO DE MINAS NA CAPITAL FEDERAL

Rendimento do dia 1 de outubro de 1897 ..	52:228\$496
Idem do dia 2 ..	117:7:64\$59
Em igual periodo de 1896 ..	88:805\$740

NOTICIARIO

Telegrammas — O Sr. Ministro da Fazenda recebeu os seguintes:

SANTOS, 1 — A alfandega arrecadou durante o mez de setembro 3.224:070\$215, sendo: importação, 3.088:118\$549; despacho marítimo, 6:212\$; consumo, 3:735\$950; interior, 50:154\$434; extraordinaria, 17:743\$512; depositos, 57:806\$770, contra 3.831:719\$518 de igual periodo do anno anterior; diferença para menos 628:639\$103. — Roberto Vasconcellos, inspector.

RIO GRANDE, 30 — A alfandega até hoje rendeu 649:587\$764; em igual mez do anno passado 679:097\$143, menos agora 29:502\$384; a renda proveu quasi exclusivamente de generos de estiva e ferragens. — O inspector, Crescentino.

RIO GRANDE, 1 — A renda da mesa da Alfandega de Pelotas, em setembro de 1896, foi de 190:282\$413, comparada com a de igual mez no corrente anno de 203:630\$642, apresentou diferença para mais de 13:348\$229. — O inspector, Accrescentino.

URUGUAYANA, 30 — A alfandega arrecadou no mez hoje findo 51:802\$187, sendo: importação, 45:333\$090; despacho marítimo, 176\$000; interior, 4:264\$642; extraordinaria, 2:028\$455; em igual mez do exercicio passado, 136:656\$341. A diferença para menos é de 84:854\$157. — Servindo de inspector, Sebastião Monteiro.

VICTORIA, 1 — Esta alfandega arrecadou em setembro findo 53:811\$766. — O inspector, Espindola.

PERNEDO, 30 — A renda de setembro findo foi de 17:534\$199, sendo: importação, 14:388\$992; adições de 10 %, 18\$000; interior, 2:568\$025; consumo, 409\$000; extraordinaria, 151\$582; depositos, 57\$600; em igual mez do anno passado 10:499\$020, diferença para mais neste exercicio, 7:785\$279. — O inspector, Oliveira e Silva.

BAHIA, 1 — A alfandega arrecadou no mez de setembro 1.881:507\$003 contra a arrecadação de 2.019:499\$507 em mez identico do exercicio passado. — Antonio Macahyba, inspector.

FORTALEZA, 1 — A alfandega arrecadou em setembro findo 566:959\$686, sendo: importação, 380:872\$587; despacho marítimo, 280\$; adições, 232\$077; interior, 83:689\$843; consumo de fumo, 1:500\$; extraordinaria, 5:759\$501; depositos, 25:538\$235; renda não classificada, 69:087\$424; em setembro do anno passado, 457:090\$007; diferença para mais este anno, 109:809\$659, sendo: na importação, 39:754\$527; carga despachada em setembro ultimo 416 toneladas e no anno passado, 1.157 toneladas. — O inspector, Alves da Silva.

BELÉM, 2 — A renda capitulada em setembro findo foi de 2.007:484\$467, inclusive 23:801\$715 de depositos. Em igual mez de 1896, a mesma renda foi de 1.778:763\$467, inclusive 47:007\$332 de depositos, maior receita de 1897, 228:721\$000, inclusive deposito. — Leandro Campos, inspector.

Pagadoria do Thesouro — Pagam-se amanhã as seguintes folhas:

Casa da Moeda, Imprensa Nacional, *Diario Official*, monte-pio dos funcionarios publicos, serventes da Secretaria da Industria, serventes do Archivo Publico, Inspeção de Obras Publicas e serventes da Secretaria da Justiça.

Faculdade de Medicina e de Pharmacia do Rio de Janeiro

— Amanhã, segunda-feira, 4 do corrente, ás 11 horas da manhã, reunir-se ha a congregação desta faculdade, a fim de dar o ponto para a prova pratica do concurso ao lugar de preparador da cadeira de histologia, que passará immediatamente a fazer o candidato incripto Dr. Antonio Dias de Barros, convidado a comparecer.

Exposição Geral de Bellas Artes — Continua aberta e foi hontem visitada por 11 pessoas.

Bibliotheca da Escola Militar da Capital Federal — Este estabelecimento durante o mez de setembro ultimo teve a seguinte frequencia:

Leitores, 598, que consultaram 622 obras, sendo: mathematica superior, 29; astronomia, 12; physica, 10; chimica, 14; topographia, 13; arte militar, 6; fortificação, 4; balistica, 3; dicionarios de linguas, 25; grammaticas, 97; historia, 20; geographia, 107; arithmetica, 129; algebra, 26; geometria, 8; trigonometria, 2; desenho, 12; sciencias naturaes, 18; revistas, 9 e cartas e mappas, 69.

Em portuguez, 246; em francez, 226; em inglez, 89; em allemão, 49 e em hespanhol, 13.

Bibliotheca Nacional — Durante os 25 dias em que funcionou no proximo passado mez, foi esta bibliotheca frequentada por 1.611 leitores, que consultaram 2.123 obras,

Srs. Manoel Murtinho, Augusto Olyntho, Ribeiro de Almeida, Americo Lobo, Lucio de Mendonça e B. de Pereira Franco, contra os votos dos Srs. André Cavalcanti, Bernardino Ferreira, Pindahiba de Mattos e Macedo Soares, negou-se provimento ao agravo, contra os mesmos votos já declarados.

N. 217 — Capital Federal — Relator, o Sr. ministro Augusto Olyntho; agravante, a Companhia Agave Americano; agravada, a União Federal.—Negou-se provimento ao agravo, unanimemente.

N. 218 — Matto Grosso — Relator, o Sr. ministro B. de Pereira Franco; agravante, o Dr. Luiz Alves da Silva Carvalho; agravado, o juiz seccional do Estado de Matto Grosso. — Não se tomou conhecimento do agravo por achar-se deserto e renuncia-lo, não tendo sido preparado em tempo, na forma do regimento, contra os votos dos Srs. Americo Lobo e Macedo Soares.

N. 219 — Bahia — Agravante, Manoel Joaquim Leite Galvão; agravada, a Fazenda Federal; relator, o Sr. Macedo Soares. — A mesma decisão do de n. 218.

Carta testemunhavel

N. 216 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. André Cavalcanti; agravante, a Companhia Thatersal Brasileira; agravada, D. Adelaide Pinheiro de Siqueira. — Deu-se provimento á carta testemunhavel para mandar que no juizo *a quo* seja tomado por termo o recurso extraordinario interposto, a fim de subir ao Supremo Tribunal para ser julgado como for de direito, unanimemente.

Appellação crime

N. 19 — Matto Grosso — Relator, o Sr. André Cavalcanti; revisores, os Srs. Manoel Murtinho e Augusto Olyntho; appellante, o procurador seccional interino do Estado de Matto Grosso; appellado, Affonso Rocha. — Foi confirmada a sentença, unanimemente. Impedido, o Sr. Lucio de Mendonça. Não votaram os Srs. Ribeiro de Almeida e Macedo Soares, por não se acharem presentes.

DISTRIBUIÇÕES

Homologação de sentença

N. 122 — Capital Federal — Requerente, Eugêne E nile Raffaril. — Ao Sr. ministro Americo Lobo.

Appellação crime

N. 33 — Capital Federal — Appellante, o procurador seccional da Republica, desta Capital; appellado, Marcio Nazareno. — Ao Sr. ministro Macedo Soares.

Aggravos de instrumento

N. 218 — Matto Grosso — Agravante, Dr. Luiz Alves da Silva; agravado, o juiz seccional do Estado de Matto Grosso. — Ao Sr. ministro B. de Pereira Franco.

N. 219 — Bahia — Agravantes, Manoel Joaquim Leite Galvão; agravada, a Fazenda Federal. — Ao Sr. ministro Macedo Soares.

PASSAGENS

Homologação de sentença

N. 109 — Ao Sr. B. de Pereira Franco.

Revisão

N. 80 — Ao Sr. B. de Pereira Franco.

Appellações civeis

N. 345 — Ao Sr. B. de Pereira Franco.

N. 279 — Ao Sr. Macedo Soares.

Conflicto

N. 68 — Ao Sr. Ribeiro de Almeida.

Appellação commercial

N. 268 — Ao Sr. B. de Pereira Franco.

CAUSAS COM DIA

Revisões

N. 189 — Relator, o Sr. B. de Pereira Franco.

N. 299 — Relator, o Sr. Herminio do Espirito Santo.

Levantou-se a sessão ás 2 1/2 horas da tarde. — O secretario, João Pedreira do Couto Ferraz.

sendo: em bellas lettras, 421; historia e geographia, 199; sciencias mathematicas, 301; sciencias naturaes, 195; sciencias medicas, 83; sciencias juridicas, 119; sciencias sociaes, 64; theologia, 12; philosophia, 28; artes, 17; reatorios, 10; bibliographia, 4; almanaks, 14; jornaes e revistas, 559 e encyclopedias, 97.

Escriptas: em portuguez, 1.174; francez, 82; inglez, 43; latim, 12; allemão, 11; italiano, 27; hespanhol, 22; grego, 1; tupy-guarany, 2 e arabe, 1.

Houve sobre igual mez do anno proximo passado um excesso de 65 leitores e 207 obras consultadas.

Bibliotheca do Exercito

Durante os 26 dias e noites do mez de setembro proximo passado, foi esta bibliotheca frequentada por 57 officiaes, 29 praças e 107 paisanos que consultaram 113 obras, sendo: arte militar 6, algebra 2, almanacks 6, biologia 1, chimica 1, encyclopedias 6, economia politica 1, geometria 1, geographia 3, historia 2, legislação e administração 16, linguistica 2, litteratura 1, mappa geographica 1, mecanica 1, medicina 2, physica 6, philosophia 7, rhetorica 1, romances 44, reatorios 2, sciencia 1; além do *Diario Official* 7, revistas estrangeiras e nacionaes 34, jornaes nacionaes 39.

Escriptas em portuguez 55, francez 39, inglez 15, allemão 2, italiano 1 e hespanhol 1.

Correio - Esta repartição expedira mais hoje pelos seguintes paquetes:

Pelo *Penelo*, para Victoria, Bahia e Aracaju, recebendo impressos até as 6 horas da manhã, cartas para o interior até as 6 1/2, ditas com porte duplo até as 7.

Pelo *Rio Caeté*, para Pernambuco e Pará, recebendo impressos até as 7 horas da manhã, cartas para o interior até as 7 1/2, ditas com porte duplo até as 8.

Pelo *Augusto Leal*, para Santos, Igape e Itajahy, recebendo impressos até a 1 hora da tarde, cartas para o interior até a 1 1/2, ditas com porte duplo até as 2, objectos para registrar até a 1.

Pelo *Béarn*, para Santos, Rio da Prata, Matto Grosso e Paraguay, recebendo impressos até as 8 horas da manhã, cartas para o interior até as 8 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até as 9.

Pelo *Guaratyba*, para Sepetiba Itacurussí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty, recebendo impressos até as 3 horas da tarde, cartas para o interior até as 3 1/2, ditas com porte duplo até as 4, objectos para registrar até as 2.

— Amanhã:

Pelo *Itapemirim*, para Itapemirim, Piuma, Benevente, Guarapary, Victoria e S. Matheus, recebendo impressos até as 5 horas da manhã, cartas para o interior até as 5 1/2, ditas com porte duplo até as 6, objectos para registrar até as 6 da tarde de hoje.

Pelo *Clyde*, para o Rio da Prata, Matto Grosso e Paraguay, recebendo impressos até a 1 hora da tarde, cartas para o interior até a 1 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até as 2, objectos para registrar as 12 da manhã.

Pelo *Hellas*, para Victoria e Trieste, recebendo impressos até a 1 hora da tarde, cartas para o interior até a 1 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até as 2, objectos para registrar até as 12 da manhã.

— Convida-se o remetente de uma carta dirigida a Manoel de Jesus Costa, Barra do Pirahy, a comparecer na 4ª seção desta repartição, a fim de prestar esclarecimentos, bem como, para o mesmo fim, o remetente de uma carta para Pedro Siqueira Queiroz, Cité d'Hautiville, Paris, a comparecer na 5ª seção.

Directoria de Meteorologia do Ministerio da Marinha - Resumo meteorologico da Estação Central - Dia 1 de outubro de 1897

Hora	Barometro a 0°	Temperatura do ar	Temperatura do vapor	Humidade relativa	Direção do vento	Estado da atmosfera	Quantidade nuvens
6 a.	758.90	18.6	15.31	91.0	WSW	En-ob	10
9 a.	758.63	19.2	16.22	98.0	N.	"	0
12 dia.	757.53	20.3	16.69	92.5	NNW.	Nev.	10
3 p.	755.63	21.4	16.57	87.4	ENE.	"	10
6 p.	756.06	20.8	15.81	77.4	NNW.	"	10

Temperatura maxima exposta, 21.3
 Temperatura maxima á sombra, 22.0.
 Temperatura minima, 18.2.
 Evaporação em 24 horas á sombra, 1m/m.5.
 Chuva em 24 horas, 2m/m. 0.
 Direção do brilho solar, 0h.00.

Observações

Cerca de 9 horas a. houve d'auso nevoeiro no quadrante SW.
 Durante o dia cahiram alguns chviscos

Observatorio do Rio de Janeiro - Resumo meteorologico - Dia 30 de setembro de 1897.

Horas	Barometro reduzido a 0	Temperatura centigrada	Humidade relativa	Direção e velocidade do vento em metros por segundo	Estado do ceo
7 m.	760.70	18.4	73.0	WSW 1.0	Encoberto
10 m.	761.40	19.8	76.0	WSW 1.9	Idem.
1 t.	759.30	19.0	78.4	SE 8.3	Nublado.
4 t.	758.23	20.2	77.0	SE 9.1	Encoberto.

Thermometro sem abrigo, ao meio dia, anegrecido 47.0, prateado 39.0.
 Temperatura maxima 21.1.
 Temperatura minima 17.2.
 Evaporação em 24 horas, 2.0.

— E no dia 1 de outubro:

Horas	Barometro reduzido a 0°	Temperatura centigrada	Humidade relativa	Direção e velocidade do vento em metros por segundo	Estado do ceo
7 m.	759.20	18.8	91.0	1.6	Encoberto.
10 m.	757.40	19.3	93.0	3.3	Idem.
1 t.	756.8	22.0	80.9	3.3	Idem.
4 t.	755.20	22.3	84.0	NNW 1.6	Idem.

Thermometro sem abrigo, ao meio dia, anegrecido 23.5; prateado 25.0.
 Temperatura maxima, 22.7.
 Temperatura minima, 18.7.
 Evaporação em 24 h., 1.7.
 Chuva em 24 horas 1/mm.2.

Santa Casa da Misericordia - O movimento da sala de banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 455 consultantes, para os quaes se aviaram 575 receitas. Fizeram-se 31 extracções de dentes

	Nac.	Est.	Total
Existiam.....	710	831	1,541
Entraram.....	31	38	69
Sahiram.....	6	21	27
Falleceram.....	7	4	10
Existem.....	721	811	1,532

O movimento da sala de banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 455 consultantes, para os quaes se aviaram 575 receitas. Fizeram-se 31 extracções de dentes

— E no dia 30:

	Nac.	Est.	Total
Existiam.....	707	843	1,550
Entraram.....	16	27	43
Sahiram.....	16	27	43
Falleceram.....	3	5	8
Existem.....	704	838	1,542

O movimento da sala de banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 555 consultantes, para os quaes se aviaram 627 receitas. Fizeram-se 40 extracções de dentes.

— E no dia 1 de outubro

	Nac.	Est.	Total
Existiam.....	704	838	1,542
Entraram.....	27	28	55
Sahiram.....	12	15	27
Falleceram.....	2	4	6
Existem.....	721	833	1,554

O movimento da sala de banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 237 consultantes, para os quaes se aviaram 267 receitas. Fizeram-se 2 extracções de dentes

Obituário - Sepultaram-se nos cemiterios publicos e particulares, no dia 29 de setembro as seguintes pessoas fallecidas de:

Acceso pernicioso - a fluminense Corina, filha de José Cirelli, 3 annos, residente e fallecida á rua dos Invalidos n. 24.

Arterio sclerose - o fluminense José Pereira Peixoto, 73 annos, casado, residente e fallecido á rua Bella S. João n. 26.

Broncho-pneumonia - o fluminense Jovialino, filho de Augusto Ferreira Dias, 20 mezes, residente e fallecido á rua General Pedra n. 67.

Cachechia palustre - a fluminense Herzelina Luiza Andrade, 13 annos, solteira, fallecida na Santa Casa.

Cachechia diabética - a fluminense Maria Rita Jesus Graça, 73 annos, solteira, residente e fallecida no beco do Macedo n. 17.

Envenenamento - a fluminense Felicidade Perpetua, 30 annos, estado ignorado, residente e fallecida á rua dos Invalidos n. 72.

Embolia cerebral - o mineiro Francisco Costa Carvalho, 65 annos, casado, residente e fallecido á rua do Areal n. 8.

Entero colite - a fluminense Martha, filha de João Lima, 16 mezes, residente e fallecida á rua Barão de Ubi n. 8.

Enterite - a fluminense Noemia, filha de Sebastião Alves Moura, 4 mezes, residente e fallecida á rua Agra n. 7.

Febre remittent; paludosa - o fluminense Antonio, filho de Anna Maria Teixeira, 8 annos, residente e fallecido á rua Duque de Saxe n. 50.

Gastrite - a fluminense Margarida Ferreira Guimarães, 33 annos, viuva, residente e fallecido á rua João Caetano n. 107.

Hypertrophia do coração - o fluminense Francisco Joaquim Gonçalves Oliveira, 55 annos, casado, residente e fallecido á rua dos Prazeres n. 1 D.

Hemorrhagia cerebral - a fluminense Catharina Maria Cantada, 80 annos, solteira, residente e fallecida á rua dos Prazeres n. 2 A.

Lesão do coração - o italiano Villa Albino, 54 annos, solteiro, fallecido no Hospicio do Soccorro.

Lesão organica do coração - a fluminense Geraldina Rosa de Silva, 60 annos, solteira, fallecida na Santa Casa.

Lesão cardiaca - a mineira Julia Maria da Conceição, 40 annos, solteira, residente e fallecida á rua das Laranjeiras n. 23.

Myocardite - o mineiro José Pereira, 49 annos, solteiro, fallecido na Santa Casa.

Meningite cerebral - o fluminense Waldemar, filho de Flancio Andrade, 10 mezes, residente e fallecido á rua de S. Carlos n. 44.

Pneumonia - a fluminense Isabel Augusta de Almeida, 22 annos, solteira, residente e fallecida á rua do Rezende n. 118.

Senilidade - os fluminenses Simplicio José Brito, 79 annos, casado, fallecido na Santa Casa e Luciana Pereira Santos, 100 annos, viuva, residente e fallecida á rua Boulevard Vinte Oito de Setembro n. 6.

Typho malaria - o portuguez Manoel José Ribeiro, 32 annos, casado, residente e fallecido á rua do Rezende n. 82.

Tetano infantil - os fluminenses Alberto, filho de Jorge Guilherme Costa, 7 dias, residente e fallecido á rua do Costa n. 26 e José, filho de Marte Jusepi, 7 dias, residente e fallecido á travessa de S. Sebastião.

Primeira Delegacia de Policia

EDITAL

O Dr. Vicente Neiva, 1º delegado auxiliar, de ordem do cidadão Dr. chefe de policia, manda fazer publico o seguinte:

Nenhum cocheiro poderá conduzir vehiculos puxados a dous, quatro e seis animaes, por occasião da festa do Penha, que terá logar no dia 3 de outubro, sem que se mostre para isso competentemente habilitado, devendo apresentar a referida habilitação quando lhe for exigida.

Primeira Delegacia de Policia Auxiliar, de outubro de 1897.—Vicente Neiva.

EDITAES

Tribunal Civil e Criminal

CAMARA COMMERCIAL

De convocação de credores da massa fallida de Antonio Blanco & Comp., para reunirem-se na sala dos despachos deste juizo, á rua da Constituição n. 47, no dia 7 de outubro ás 12 horas, afim de verificar-se os creditos, e, approvados, deliberarem sobre concordata si fôr apresentada a respectiva proposta, ou formar-se o contracto de união

O Dr. Caetano Pinto de Miranda Montenegro, juiz da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal da Capital Federal,

Faço saber aos que o presente edital de convocação virem que, correndo por esta Camara Commercial e cartorio do escrivão que esse subscreve o processo de fallencia de Antonio Blanco & Comp., ora por parte dos syndicos foi apresentada a seguinte petição: «Ilm. e Exm. Sr. Dr. juiz da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal—Dizem os syndicos provisórios da massa fallida de Antonio Blanco & Comp. que tendo sido feito o exame na escripturação dos fallidos cujo parecer pedem ser junto aos autos, digne-se V. Ex. mandar expedir os editaes de convocação dos credores na forma determinada no art. 38 do decreto n. 917 de 1890. Pedem a V. Ex. deferimento. E. R. Mercê.—Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1897.—Hugo Heydtmam.—E. Charles Vautelet & Comp. Estava legalmente sellada. Sobre o que proferi o seguinte despacho: Sim—Rio, 20 de setembro de 1897.—Montenegro. Em virtude do que se passou o presente edital de convocação de credores da massa fallida de Antonio Blanco & Comp., para reunirem-se na sala dos despachos deste juizo, á rua da Constituição n. 47, no dia 7 do proximo mez de outubro, ás 12 horas da manhã, afim de verificar-se os creditos, e, approvados, deliberarem sobre concordata, si fôr apresentada a respectiva proposta ou formar o contracto de união. Para constar passaram-se este e mais tres de igual teor, que serão publicados e affixados na forma da lei, de cuja affixação o porteiro dos auditorios lavrará a competente certidão para ser junta aos autos. Rio, 25 de setembro de 1897. E eu, Antonio Lopes Domingues, escrivão, o subscrevi. —Caetano Pinto de Miranda Montenegro.

De convocação de credores da massa fallida de Candido Lucio Bittencourt, para se reunirem na sala dos despachos deste juizo, á rua da Constituição n. 47, no dia 20 de outubro proximo, a 1 hora, afim de verificar os creditos, e, approvados, assistirem á leitura do relatorio do Dr. curador das massas, deliberarem sobre concordata, si fôr apresentada a respectiva proposta, ou formar-se contracto de união na forma abaixo

O Dr. Celso Aprigio Guimarães, juiz da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal da Capital Federal, etc.:

Faço saber aos que o presente edital virem que, por este juizo e cartorio do escrivão que este subscreve, processam-se os autos de fallencia de Candido Lucio Bittencourt, e que por parte dos syndicos foi-lhe dirigida a petição do teor seguinte: Ilm. Exm. Sr. juiz da Camara Commercial, Dr. Celso Guimarães.—Dizem os syndicos da massa fallida de Candido Lucio Bittencourt que, tendo sido a liada a reunião de credores convocada para hoje,

em vista do officio do Dr. curador das massas, nos autos, são os termos fazer-se nova convocação, ouvido o Dr. curador. Na forma requerida, P. a V. Ex. despacho. E. R. Mercê. Rio, 11 de setembro de 1897.—Francisco Bernardino de Moura. P. nos autos. (Estavam duas estampilhas no valor de 300 réis, inutilizadas.) Despacho: Sim. Rio, 11 de setembro de 1897.—Celso Guimarães. Em virtude do despacho supra se passou o presente, pelo teor do qual convocam-se os credores da massa fallida de Candido Lucio Bittencourt, para se reunirem na sala dos despachos deste juizo, á rua da Constituição n. 47, no dia 30 de outubro proximo, a 1 hora, afim de verificar os creditos e, approvados, ouvirem a leitura do relatorio do Dr. curador das massas e deliberarem sobre concordata, si for apresentada a respectiva proposta, ou formar-se contracto de união, elegendo-se syndicos definitivos e commissão fiscal; advertindo-se que os credores ausentes poderão constituir procurador por telegrammas, cuja minuta, autentica e legalizada, será apresentada ao expeditor, que na transmissão mencionará esta circumstancia; é licito a um só individuo ser procurador de diversos credores, contanto que não seja devedor a massa; a procuração póde ser por instrumento particular, sendo a firma reconhecida por tabellião ou pelo escrivão da fallencia, ou por dous commerciantes conhecidos pelo balanço; quaesquer que sejam os termos da procuração, entende-se o procurador habilitado para tomar parte em todas e quaesquer deliberações, desde que faça menção da firma fallida; e, finalmente, não comparecendo, será considerado adherente á resolução que tomar a maioria de votos dos credores que comparecerem, sendo que para a concordata é mister que represente ella no minimo 3/4 da totalidade dos creditos sujeitos á mesma concordata. Para constar, mandou passar o presente e mais dous de igual teor, que serão publicados e affixados na forma da lei.

Dado e passado nesta Capital Federal, aos 29 de setembro de 1897. E eu, Francisco de Borja de Almeida Corte Real, escrivão, o subscrevi.—Celso Aprigio Guimarães.

De convocação de credores da massa fallida de Leodino Silva, para se reunirem no dia 6 de outubro proximo futuro, ás 10 1/2 horas, na sala das audiencias desta Camara Commercial, á rua da Constituição n. 47, afim de verificar-se os creditos e approvados assistirem á leitura do relatorio do Dr. curador fiscal de massas fallidas, deliberarem sobre concordata, si fôr apresentada a respectiva proposta ou formarem o contracto de união, elegendo syndicos e uma commissão fiscal com funções consultivas e deliberativas para a liquidação definitiva da mesma massa

O Dr. Manoel Barreto Dantas, juiz da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal da Capital Federal, etc.

Faço saber aos que o presente edital de convocação de credores virem, em como por parte dos syndicos da massa fallida de Leodino Silva me foi dirigida a petição do teor seguinte: Petição—Ilm. e Exm. Sr. juiz da Camara Commercial Dr. Barreto Dantas. Dizem os syndicos da massa fallida de Leodino Silva, que querem fazer juntar aos respectivos autos o balanço, inventario e exame de livros (documento junto), e que, feita a junção, se passem os editaes de convocação dos credores na forma e para o fim determinado no art. 38 do decreto n. 917. Em taes termos esperam receber mercê. Rio, 24 de setembro de 1897.—O advogado, João D. Pinto Mendonça. (Estava sellado). Despacho: Sim. Rio, 24 de setembro de 1897.—Barreto Dantas. Em virtude do que se passou o presente edital, pelo qual são convocados os credores da massa fallida de Leodino Silva para se reunirem no dia, hora e logar acima mencionados, afim de verificar-se os seus creditos e, approvados, assistirem á leitura do relatorio do Dr. curador fiscal de massas fallidas, deliberarem sobre concordata si for apresentada a respectiva proposta ou formarem o contracto de união, elegendo syndicos e uma commissão fiscal com funções consultivas e

deliberativas para a liquidação definitiva da referida massa, advertindo que os credores ausentes poderão constituir procurador por telegramma, cuja minuta autentica ou legalizada devora ser apresentada ao expeditor, que na transmissão mencionará essa circumstancia, sendo licito a um só individuo ser procurador de um ou mais credores, entendendo-se o mesmo habilitado a tomar parte em todas as deliberações que na reunião se tomarem, sendo que para concordata é necessario que represente ella pelo menos tres quartos da totalidade de seus creditos. E, para constar se passou este e mais dous de igual teor, para serem publicados e affixados na forma da lei, pelo porteiro dos auditorios que de assim o haver cumprido, lavrará a competente certidão, para ser junta aos autos. Dado e passado nesta Capital Federal, aos 25 de setembro de 1897. E eu, Joaquim Benicio Alves Penna, o subscrevi.—Manoel Barreto Dantas.

De convocação de credores da massa fallida de A. Fernandes, Guimarães & Comp. para se reunirem no dia 14 de outubro proximo futuro a 1 hora da tarde na sala das audiencias desta Camara Commercial á rua da Constituição n. 47, afim de verificar-se os creditos e approvados assistirem á leitura do relatorio do Dr. curador fiscal das massas fallidas, deliberarem sobre concordata, si fôr apresentada a respectiva proposta ou formarem o contracto de união elegendo syndicos e uma commissão fiscal com funções consultivas e deliberativas para a liquidação definitiva da mesma massa

O Dr. Celso Aprigio Guimarães, juiz da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal da Capital Federal, etc.

Faço saber em como por parte dos syndicos da massa fallida de A. Fernandes, Guimarães & Comp. me foi dirigida a petição do teor seguinte: Petição. Ilm. e Exm. Sr. Dr. juiz da Camara Commercial Dr. Celso Guimarães.—Os syndicos da fallencia de A. Fernandes, Guimarães & Comp. requerem a V. Ex. ordenar que o escrivão extraia os editaes de convocação de credores, de conformidade com o que preceitua o art. 38, e seguintes do decreto n. 917 de 24 de outubro de 1890, dando vista ao Dr. curador fiscal para apresentação do relatorio. Nestes termos pedem deferimento e mercê. Rio, 18 de setembro de 1897.—O advogado, Mario Antonio da Costa (estava sellada). Despacho.—Como requer. Rio, 18 de setembro de 1897.—Celso Guimarães. Em virtude do que se passou o presente edital pelo qual são convocados os credores da massa fallida de A. Fernandes, Guimarães & Comp. para se reunirem no dia 14 de outubro proximo futuro á 1 hora da tarde na sala das audiencias desta Camara Commercial á rua da Constituição n. 47, afim de verificar-se os seus creditos e approvados, assistirem á leitura do relatorio do Dr. curador fiscal das massas fallidas, deliberarem sobre concordata si fôr apresentada a respectiva proposta ou formarem o contracto de união elegendo syndicos e uma commissão fiscal com funções consultivas e deliberativas para a liquidação definitiva da mesma massa, advertindo que os credores ausentes poderão constituir procurador por telegramma, cuja minuta autentica ou legalizada deverá ser apresentada ao expeditor que na transmissão mencionará essa circumstancia sendo licito a um só individuo ser procurador de um ou mais credores, entendendo-se o mesmo habilitado a tomar parte em todas as deliberações que na reunião se tomarem; sendo que para a concordata é necessario que represente ella pelo menos 3/4 da totalidade do seu passivo. E para constar se passou este e mais dous de igual teor, para serem publicados e affixados na forma da lei pelo porteiro dos auditorios, que de assim o haver cumprido lavrará a competente certidão para ser junta aos autos. Dado e passado nesta Capital Federal, aos 21 de setembro de 1897. E eu, Joaquim Benicio Alves Penna, escrivão, o subscrevi.—Celso Aprigio Guimarães.

5ª Pretoria

Com o prazo de dez dias para a citação aos credores incertos na execução que por este juiz move João Maria da Rosa contra Vicente Peres e sua mulher na forma abaixo.

O Dr. Pedro de Alcantara Nabuco de Abreu, juiz da 5ª pretoria da Capital Federal, etc.

Faz saber aos que o presente edital com o prazo de dez dias para citação aos credores incertos virem, que por este juiz e cartorio do escrivão que este subscreeve, corre seus termos uma execução em que é exequente João Maria da Rosa e executados Vicente Peres e sua mulher aos quaes se fez penhora nos alugueis dos predios da Rua da Lapa n. 14, rua Moraes e Valle n.31, rua do Proposito n. 35 e travessa das Mangueiras n. 54, cujos alugueis se acham depositados no cofre dos depositos publicos. E sendo os termos passar-se precatório de levantamento das quantias em deposito, por isso são os credores incertos citados pelo presente para no prazo de dez dias que correrão depois de ser accusada a citação edital, se direito tiverem ao levantamento, virem a juizo opporem os artigos de preferencias que por ventura tenham as quantias depositadas sob pena de serem lançados e passar-se precatório de levantamento a favor do dito exequente. E para que chegue ao conhecimento dos interessados mandei passar o presente em triplicata que será afixado no lugar do costume e publicado pela imprensa diaria. Dado e passado nesta Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil aos 2 de outubro de 1897. — Eu Manoel Joaquim da Silva Junior, escrivão o subscreevi Pedro de Alcantara Nabuco de Abreu.

8ª Pretoria

O Dr. José Ferrão de Gusmão Lima, juiz da 8ª Pratoria do Districto Federal, etc.

Faço publico e sciente que foram qualificados vogaes e juizes de facto para o anno proximo vindouro os cidadãos que abaixo seguem:

Alipio Pestana de Simas, Arlindo de Souza, Abeilarde de Souza, Alberto do Rego Lopes, Augusto Alves Pereira, Alexandro Alves de Azevedo, Antonio Marques Zenith Junior, Antonio Joaquim Machado Junior, Antonio da Silva Carvalho, Antonio Bruno de Oliveira, Antonio Verissimo de Sá, Antonio de Souza Manguieira, Antonio da Costa Guimarães Junior, Antonio Pereira da Silva Paranhos Filho, Antonio José Faria Fonseca, Benedicto de Alvarenga Pinto, Carrillo José Gomes Junior, David José da Silveira, Edmundo Rodrigues Chaves, Eduardo José de Magalhães, Ernesto Mendes, Ernesto Augusto de Almeida, Francisco Aggripino de Medeiros, Francisco Gonçalves de Souza, Gastão de Azevedo, Graciano Fernandes Marinho, Hyrano José da Silveira, Henrique Tavares Lagden, Julio Adolpho da Fontoura Guedes, João Tavares da Silva, João Rodrigues Vieira, João José da Cunha, João de Avellar Machado, João Jacintho Vieira, José Pereira de Barros Sobrinho, José Antonio Espinheira, José Francisco Vieira, José Alves Ribeiro C rne, José Duarte Sampaio, José Joaquim Ramos, José Ignacio Novaes, Luiz Antonio Espinheira, Luiz Marques Baptista Leão, Marques Cesar Burlamaqui, Manoel da Silveira Tavares, Manoel Marinho da Silva, Manoel Joaquim Corrêa de Menezes, Nestor Silva, Né Gomes da Silva, Oliveira Pereira Monteiro, Pedro Gastão da Silva, Paulino Caetano da Silva Santiago, Rodolpho Antonio Teixeira Bastos, Raymundo P. Ribeiro Navarro, Ricardo Marinho Borges, Sebastião Jacindo de Sá, Tito Pedro Escobar, Theotônio Verissimo de Sá, Vicente da Rocha Tavares, Antonio José Victor de Senna, Antonio Francisco Moreira de Queiroz, Antonio José da Cunha, Antonio Francisco de Castro Leal Junior, Bernardo Ribeiro de Freitas, Candido José Vieira, Domingos Martins de Oliveira Paranhos, Francisco José Teixeira Lyra, Henrique de Oliveira Lemos, Heitor Mario dos Santos Lima, Ignacio Antonio Moreira de Queiroz, João dos Santos Ferreira da Rocha, João Francisco Seitilla, José Bernardino Marcondes, Vicente Francisco Martins, José Joaquim de

Mo... Leão, Luiz Pinho de Sá, Luiz Leal... Leopoldo José de Menezes, Leandro de Castro Jucá, Luiz Augusto de Barros, Maximiano Francisco Duarte, Manoel Fernandes de Oliveira, Oscar Rocha, Martinho José dos Prazeres, José Peixoto Fortuna, Claudino Rodrigues Coelho, Candido Pereira Peixoto, Francisco José Martins, Bernardino José dos Santos Moreira, Pompeu de Andrade Silva, João Frederico Itaborahy, José Pereira dos Santos, Henrique Pereira de Medeiros, Francisco de Araujo Dantas, Henrique Alves de Mesquita, Antonio Alves de Mesquita, Dr. Honrique José do Carmo Netto, Carlos Vizella, Manoel Teixeira da Costa, Eugenio Gomes de Carvalho, Lirio Gomes de Carvalho, Ignacio Vom Deollinger, Arthur Carlos da Camara, Luiz Antonio Meirelles, Fortunato Neves da Silva, Arthur Neves da Silva, Antonio Joaquim da Silva Pereira, Antonio José Lopes, João Gonçalves Pereira Garcia, Antonio Candido Garcia, Jacintho Paes da Costa, João Rodrigues Luiz, Manoel José de Carvalho, Joaquim Alves Maia, Dr. Albertino Vieira, Augusto Mariano da Silva, Luiz José Gomes, João Antonio Lopes Marinho, Antonio Tertuliano da Silva Mello, Dr. Ernesto de Azevedo Alves, Firmino de Azevedo Alves, Lucio Alves Trovão, Eduardo Henrique da Silveira, José Americo da Silveira, Francisco Luiz Strung, José Gonçalves da Silva, Dr. Secundino Ribeiro, Francisco Simões da Fonseca, Luiz José da Silveira, Juvencio da Motta Silva, Antonio Francisco da Costa, Alfredo Magno da Silveira, José Francisco de Sant'Anna, Julio Accioly de Brito, Antonio Venancio de Queiroz, José de Oliveira Coutinho Junior, Antonio Matheus, Alfredo da Silva Moreira, Antonio de Oliveira, Julio de Abreu Gomes, coronel Luiz Oliveira Ferreira, Dr. Izidoro de Menezes, Balthazar Olorico Mendes, José Ferreira de Andrade, José de Oliveira Campello, Capitão Demetrio de Oliveira, Benedicto Hypolito de Oliveira, Manoel Rodrigues Alves, João Ferreira da Silva, Ponciano Carvalho de Oliveira, Rogério Garcia de San Romão, coronel Eugenio Marques da Silva, Albino Antonio Monteiro, Dr. J. Freitas Bastos, Dr. A. Maresi, João Novaes da Silveira, capitão Benedicto Martins, coronel Francisco Antonio da Rocha major João Ribeiro Menezes, Dr. Oscar Frederico de Souza, Francisco Rocha dos Santos, Dr. João Baptista Capelli, João Jo-y, Luiz Josy, tenente Antonio da Rocha Lopes, tenente Ignacio Rodrigues da Costa, Ernesto Francisco de Padua, Narciso Corrêa, conego Venerando da Graça, José Corrêa Vallim, Julio Borges, José dos Santos Pinheiro, Antonio Pereira Campos, Alfredo Bacharã dos Santos, Antonio Theodoro da Silva Costa, Antonio Palmiro Junior, Antonio José de Vasconcellos, Antonio José da Silva, Alfredo Lima Rocha, Arthur Martins da Piedade, Antonio de Sá, Dr. Afonso Augusto Nunes Nery, Brazilliano Cavalcante Junior, Clodomiro Pereira da Silva, Elpidio Genesis de Oliveira Salles, Eduardo Augusto Ferreira Martins, Francisco Carvalho de Abreu, Dr. Francisco Manoel Gualtes de Macedo, Francisco Xavier Nunes da Costa, Francisco Torres Rodrigues, Francisco Moreira Barbosa, Gastão José de Oliveira Coutinho, Gaspar Dias, Guilherme Joaquim da Costa, Herculano Gonçalves Fortes, Ignacio de Azevedo Lima, Izaias da Costa Ferreira, Jeronymo Moura Penido, José Gomes de Oliveira, José Bernardino Ribeiro Guimarães, João Francisco Lucas, José Carlos Martins, João da Cruz Soares, José Luiz Soares, José Luiz da França, José da Natividade de Araujo, Joaquim Carlos da Silva, Joaquim Francisco Nogueira, José Fernandes Pereira Portugal Junior, José Machado de Andrade, José Alberto Gonçalves Dias, Joaquim Gomes de Freitas, José Ferreira Lage, João Manoel Gonçalves dos Santos, João Antonio de Araujo, Dr. José Maximiano Nogueira Penido, Luiz Martins Bastos, Luiz Augusto de Oliveira, Luiz Cardoso Martins, Manoel da Costa França, Manoel Caldeira Machado, Manoel da Silva Carneiro, Manoel Eduardo Ferreira Martins, Manoel Pereira Quintas, Manoel de Azevedo Souza, Matheus de Souza, Oscar Eugenio dos Santos, Pedro

José de Oliveira, Pallissy, Rosalino Marques da Baptista, Samuel Guilherme da Silva, Theodoro Guilherme dos Santos, Tertuliano Pereira dos Santos, Tiburcio José de Lemos, Zeferino Lourenço Ferreira, Alberto Barbosa, Alfredo Alexandre Rodrigues, Augusto Pio Leal, Antonio Candido Botelho, Antonio Joaquim da Silva, Alvaro Pinto Guedes, Antonio Florencio de Lima, Arthur Felix Lepage, major Bento José Barbosa, Boaventura Francisco França, Carlos José Vieira, Custodio Adelino de Vasconcellos, Clemente José Ferreira, Candido José Goulart, Carlos Dias Medronha, Carlos José de Almeida Gonzaga, Eluterio Pereira de Souza, Dr. Felix Nogueira, Frederico Peixoto de Miranda, Felisidorio Gara, Honorio José de Carvalho, Ismael Peixoto de Miranda, José Luiz Felix de Figueiredo, João Paulo da Fonseca, José Leite Gomes, José Candido da Silva Braga, José Pinho das Neves, Julio Borges Monteiro, José Stockmeyer, Juvencio Ferreira, João de Souza Monteiro Junior, José Manoel de Fariu, José do Amaral Corrêa, capitão João Paulo Baptista de Carvalho, José de Paiva Macedo, Lafayette Amorim Vieira, Manoel Antonio Candeira, Manoel Borges, Manoel de Moura Machado, Manoel José Gandenica Nephetal Marques Falcão, Pedro Ignacio de Mesquita, Raymundo da Costa Ferreira, Timotheo Gomes Ribeiro, Geminiano Ribeiro França, Lourenço Machado de Oliveira, Adriano Abreu Bastos, Narciso Gomes Bacellar, João Victoriano Corrêa de Carvalho, Guilherme Candido Dias, José Carlos Crampton, José Antonio Martins de Mello, Thomaz Lourenço Paz, Torquato Marques Ayrosa, Olympio José dos Santos, Carlos Joaquim da Silva, Antonio Machado Lopes, Julio da Silveira Tavares, Manoel João da Rosa, João Manoel da Costa, José Antonio Vieira da Silva, Florencio Ribeiro da Silva, Henrique Pinto Sampaio Junior, Xavier Pereira Nunes, Alfredo Pinto Sampaio, Joaquim Fernandes Andrade Silva, João Francisco Machado, Leopoldo Ayres de Carvalho, Belisario José Ricardo, Faustino Pereira Baptista, José Joaquim Teixeira, Manoel Ferreira da Costa, João Barbosa Ribeiro Vianna, C. Camara de Lima Campos, Gilberto Soares Alves, Licerio Alves de Brito, Adim José Soares, Nestor Manoel Medeiros Mauricio, Manoel José de Mattos Kelly, Bernardo José de Araujo, Manoel Antonio de Araujo, João da Costa Guimarães, Manoel dos Santos Bittencourt, Dr. José Nobre de Faro Orlando, Americo Ferreira de Almeida, João Martinho de Mendonça, Bento Francisco da Matta. E, para que chegue ao conhecimento de todos, faço afixar o presente no lugar do costume e publico pela imprensa, e marco o prazo improrogavel e legal de oito dias para recebimento de reclamação contra inclusão ou exclusão de qualquer cidadão residente na circumscripção da 8ª pretoria. E eu, João Dalmacio do Espirito Santo, o subscreevi. Em 2 de outubro de 1897. — José Ferrão de Gusmão Lima.

PARTE COMMERCIAL

Table with financial data including exchange rates for London, Paris, Hamburg, and Italy, and a list of public bonds (Apólices) with their respective values and interest rates.

Bancos

Banco Hypothecario do Brazil.....	30\$000
Dito da Republica do Brazil, integ.....	144\$750
Dito Commercial do Rio de Janeiro.....	207\$000
Dito do Commercio, integ.....	208\$000

Companhias

Comp. Estrada de F. Leopoldina.....	5\$300
Dita Visão Ferrea Sapucahy.....	6\$500
Dita Brasileira de Papeis Pintados....	18\$500
Dita Melhoramentos no Brazil.....	24\$ 00
Dita Tecidos Confiança Industrial.....	80\$000
Dita Tecidos Brazil Industrial.....	110\$000

Debenturas

Deb. E. de Ferro Leopoldina, 4%... .	8\$000
Dito União Sorocabana e Ituauna, 1ª serie	60\$000
Dito Jornal do Commercio.....	160\$000

Letras

Letras do Banco Credito Real do Brazil,	
papel.....	26\$000
Dito idem idem, ouro.....	37\$000

Vendos por alvará

37+7 apolices garas de 1:000\$, 5 %	920\$000
6+6 ditos idem idem.....	920\$000
6 ditos idem de 20%.....	920\$000
2 ditos convertidas de 1:000\$ de 4%...	1:195\$000

Capital Federal, 2 de outubro de 1897. — O syndico, *Thomas Rabello*

O corretor I. de Ornellas Bottencourt, venderá em Bo'sa, no dia 4 de outubro proximo, conforme alvará de autorização passado ao Banco Commercial do Rio de Janeiro, pelo Sr. Dr. juiz da 1ª Pretoria, 10 acções da Companhia de Seguros Argos Fluminense.

Capital Federal, 25 de setembro de 1897. — O syndico *Thomas Rabello*.

SOCIEDADES ANONYMAS

Projecto da Sociedade Anonyma Companhia Estrada de Ferro Rio de Janeiro-Minas

Capital 3.000.000\$, dividido em 15.000 acções de 200\$ cada uma.

Séde—A cidade de Petropolis, Estado do Rio de Janeiro.

Objectivo—Explorar as concessões para construcção da estrada de Buzios á estação do Rio Dourado, na estrada Leopoldina, e daquelle estação a Pirapitinga, divisa do Estado de Minas Geraes, feitas pelo governo do Estado do Rio ao abaixo assignado.

Petropolis, 21 de setembro de 1897.—O incorporador, *Franklin Sampaio*.

ESTATUTOS

DA ASSOCIAÇÃO, SEU OBJECTO, DURAÇÃO, SÉDE E CAPITAL

Art. 1.º Fica nesta data constituída uma sociedade anonyma, sob a denominação—Companhia Estrada de Ferro Rio de Janeiro-Minas—com o fim de usar e gozar das concessões feitas pelo governo do Estado do Rio de Janeiro de uma estrada de ferro partindo do porto de Buzios, passando pela barra de S. João e Rio Dourado, e indo terminar na fronteira do Estado de Minas Geraes nas margens do rio Pirapitinga, e em um ramal para a cidade de Cabo Frio.

Art. 2.º A associação durará pelo prazo de 90 annos e terá a sua séde na cidade de Petropolis, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3.º O capital social é de 3.000.000\$, dividido em 15.000 acções do valor nominal de 20 \$, nominativas ou ao portador, quando integralizados.

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 4.º A companhia será administrada por uma directoria composta de dous membros eleitos pela assembléa geral e que dentre si escolherão um presidente e um thesoureiro.

Art. 5.º A directoria cabe a direcção, administração e gestão da companhia e sua representação, tanto em juizo com fóra d'elle, para o que lhe são conferidos pelos presentes estatutos todos os poderes em direito permittidos, inclusive autorização e competencia para contractar e assignar emprestimos com ou sem penhor dos bens sociais, e bem assim,

fazer contractos de empreitada para execução das obras e adquirir o material preciso para a estrada.

Art. 6.º Para o serviço da companhia a directoria dividirá entre si o trabalho como melhor entender e mais conveniente aos interesses da companhia, sem prejuizo da responsabilidade collectiva que lhes cabe por lei.

Art. 7.º O mandato da directoria é por seis annos.

§ 1.º As vagas temporarias que se derem na directoria serão preenchidas por um accionista a convite do director em exercicio.

§ 2.º As vagas definitivas serão provisoriamente suppridas como se estabelece no paragrapho precedente até á primeira reunião da assembléa geral ordinaria, que elegerá definitivamente quem deve completar o tempo do mandato.

§ 3.º Considera-se vaga temporaria para os efeitos do § 1.º as licenças e ausencias por mais de trinta dias.

Art. 8.º As resoluções da directoria constarão de actas lavradas em livro especial.

Art. 9.º A gestão e contas da directoria serão fiscalizadas por um conselho fiscal eleito annualmente pela assembléa geral, ao qual, além das attribuições que lhe são conferidas por lei, cabe o dever de auxiliar a directoria com o seu parecer sempre que ella solicitar no interesse da companhia.

O conselho fiscal será composto de tres membros e na mesma occasião em que for elle eleito, sel-o-hão tambem tres supplentes, que, na falta ou impedimento de qualquer dos membros do conselho exercerão o cargo na ordem da sua votação.

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 10. A assembléa geral se reunirá em sessão ordinaria uma vez por anno, no correr do mez de março, para tomar conhecimento do relatorio e contas da directoria e respectivo parecer do conselho fiscal, e sobre elles resolver, assim como resolver sobre qualquer assumpto de interesse social, salvo alteração de estatutos, prorogação do prazo de duração ou liquidação anticipada da companhia, ou sua fusão com outra.

Cabe igualmente á assembléa geral ordinaria eleger a directoria e conselho fiscal.

Art. 11. A assembléa geral se reunirá em sessão extraordinaria sempre que for convocada, nos termos da lei ou dos presentes estatutos.

Art. 12. As assembléas geraes serão convocadas pelo presidente em nome da directoria, ou pelo conselho fiscal, ou finalmente, por accionistas em numero e capital estipulado pela lei.

A reunião ordinaria será annunciada e a primeira convocação com antecedencia de 15 dias; a reunião extraordinaria será annunciada em primeira convocação com antecedencia nunca menor de cinco dias. As convocações seguintes, tanto para as reuniões ordinarias como extraordinarias, poderão ser annunciadas com menor antecedencia, segundo a urgencia do caso.

Art. 13. Salvo quando se tratar da alteração dos estatutos, prorogação de prazo de duração, liquidção anticipada ou fusão com outra companhia, a assembléa geral estará apta para funcionar e resolver, desde que no local, dia e hora designados no respectivo annuncio de convocação comparecerem accionistas representando pelo menos um quarto do numero de acções.

Paragrapho unico. Si em primeira convocação não se verificar esse quorum, far-se ha segunda convocação e então a assembléa se constituirá e resolverá com qualquer numero, salvo as restricções da lei.

Art. 14. Para alteração de estatutos, prorogação do prazo de duração, liquidção anticipada ou fusão com outra companhia, a assembléa geral estará apta a funcionar e resolver desde que no local, dia e hora designados no respectivo annuncio da convocação comparecerem accionistas representando pelo menos dous terços do numero de acções.

Paragrapho unico. Si em primeira convocação não se verificar aquelle quorum,

far-se-ha segunda, e si, ainda assim, não se verificar aquelle quorum, far-se-ha a terceira convocação, funcionando então a assembléa com qualquer numero, salvo as restricções da lei.

Art. 15. A concurrencia do accionista á assembléa geral é exclusivamente constatada por sua assignatura no livro de presenca.

Art. 16. As reuniões da assembléa geral serão presididas pelo presidente da companhia ou director que o substituir e, na falta de ambos, por um accionista aclamado ou eleito pelos demais accionistas presentes.

O presidente da mesa da assembléa a completará com dous accionistas presentes, que forem approvados pela assembléa, sob proposta do mesmo presidente, ou indicados pela assembléa na falta dessa proposta.

Art. 17. Todos os accionistas terão direito a concorrer para a formação da assembléa geral, tanto em pessoa como representado por outro accionista em boa e devida fórma de direito.

Art. 18. As eleições da directoria e conselho fiscal se farão por es rutinio secreto e por acções; as outras resoluções serão em regra geral tomadas por voto symbolico, salvo quando qualquer accionista presente requerer que o seja por acções.

Paragrapho unico. Nas eleições e nas votações por acções caberá um voto a cada acção e, si uma acção pertencer a mais de um proprietario, estes designarão dentre si um para votar por todos.

Art. 19. Antes de encerrar os seus trabalhos, a assembléa designará tres accionistas para acompanharem a redacção da acta e assignarem esta com a mesa, afim de produzir ella todos os seus efeitos independente de ultima approvação.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 20. Dos lucros liquidos será annualmente deduzida u na quota de 5 % para formação do fundo de reserva, sendo o restante distribuido em dividendo ás acções, na proporção do capital realzado que cada uma representar.

Art. 21. A directoria será retribuida com um honorario annual, que será marcado pela assembléa geral dos accionistas.

Art. 22. As funcções do conselho fiscal serão gratuitas.

Art. 23. O anno social começará em 1 de janeiro e terminará em 31 de dezembro; por excepção, o primeiro anno social terminará em 31 de dezembro de 1898.

Art. 24. A companhia fica sujeita ás leis em vigor na parte que lhe for applicavel e especialmente á legislação vigente sobre sociedades anonymas, nos casos omissos nestes estatutos.

Petropolis, 21 de setembro de 1897.—O incorporador, *Franklin Sampaio*.

ANNUNCIOS

Imprensa Nacional

Acham-se á venda na thesouraria deste estabelecimento as seguintes publicações:

Instruções para a infantaria do exercito brasileiro, 3ª edição, cada exemplar.....	4\$000
Collecção dos accordãos do Supremo Tribunal Federal proferidos em 1895.....	2\$500
Collecção das leis e decretos do Governo de 1895.....	8\$000
Tarifa das Alfandegas, revista de accordo com as leis ns. 359, de 30 de dezembro de 1895, e 428, de 10 de dezembro de 1896.....	6\$000
Regulamento para a cobrança do imposto do consumo do fumo, approvado pelo decreto n. 2.420, de 31 de dezembro de 1895.....	\$500
Idem, item, do imposto de consumo de bebidas fabricadas no paiz, approvado pelo decreto n. 2.421, de 31 de dezembro de 1896.....	\$500